1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (Telefônica Data S.A., TData ou Controlada), a Companhia protocolou na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 15 de março de 2012, pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) através da Lei nº 12.485.

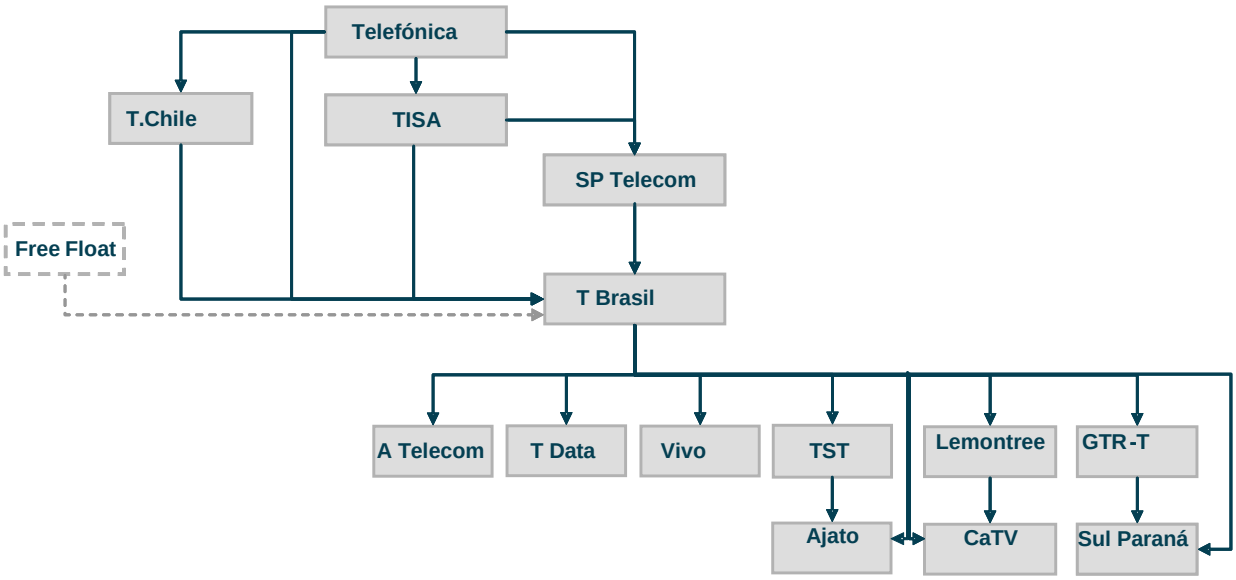
A reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

A reestruturação societária foi realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. nº 61 da Lei Geral das Telecomunicações (LGT) (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais (conforme o caso) e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data e com a mesma data base (30 de abril de 2013), conforme segue: a Companhia incorporou (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); (ii) o acervo líquido cindido da Vivo S.A. (Vivo), advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO); (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom S.A. (ATelecom), advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) (por meio da tecnologia DTH) e do SCM; e (iv) a Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST), que passou a concentrar antes de sua incorporação pela Companhia, as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM.

O organograma simplificadamente reproduzido a seguir, demonstra a estrutura societária antes da reestruturação societária:



A seguir, descrevemos resumidamente as etapas das cisões e incorporações das sociedades envolvidas no processo de reestruturação societária da Companhia.

<u>Incorporação da Lemontree Participações S.A. (Lemontree), GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T), Ajato Telecomunicações Ltda (Ajato), Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV) e TVA Sul Paraná S.A. (TVA) pela TST:</u> Imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, mas na mesma data, a TST incorporou sua controlada Ajato e as sociedades Lemontree e a GTR-T, subsidiárias integrais da Companhia e as respectivas controladas destas, Sul Paraná e CaTV. Estas sociedades foram avaliadas nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da TST e sua incorporação acarretou um aumento de capital de R$102.512 na TST, nos termos do Protocolo de Incorporação destas sociedades e da própria TST. Com as incorporações pela TST, a Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná foram extintas. Exceto pela Companhia e pela própria TST, as sociedades mencionadas acima não possuíam qualquer acionista e, portanto, a incorporação destas sociedades não acarretou qualquer direito de reembolso ou proteção a acionistas não controladores das sociedades envolvidas.

<u>Incorporação da TST pela Companhia:</u> A TST foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013. Considerando a incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, o valor total do acervo líquido da TST (correspondente à soma dos acervos líquidos da própria TST e os acervos líquidos das sociedades por ela incorporadas), incorporado pela Companhia foi de R$226.106.

<u>Incorporação do acervo líquido cindido da TData:</u> A TData foi cindida de modo a segregar de seu patrimônio líquido o acervo relacionado à prestação do SCM. A parcela do acervo líquido da TData incorporada pela Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor do acervo líquido cindido da TData em R$34.724.

Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da Vivo: A Vivo foi cindida de forma total, de modo a segregar as atividades de exploração do SMP, SCM e STFC, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO, cujo acervo líquido foi incorporado pela Companhia. Os SVAs e outros serviços que não sejam considerados serviços de telecomunicação foram incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta. A parcela do acervo líquido da Vivo vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R$10.228.352.

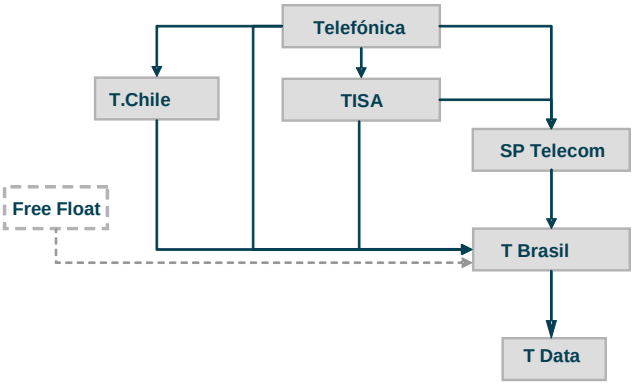
Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelecom: A ATelecom foi cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs prestados pela ATelecom, que foi incorporado pela TData. O acervo líquido das atividades remanescentes da ATelecom foi incorporado pela Companhia, sendo a ATelecom extinta. A parcela do acervo líquido da ATelecom vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R$348.624.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos anteriormente não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Não houve, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia era no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades cindidas/incorporadas. Desta forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

As incorporações das sociedades e parcelas cindidas conforme descritas anteriormente foram efetuadas sem solução de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a reestruturação societária descrita anteriormente e o organograma da Companhia passou a ser representado da seguinte forma:



A reestruturação foi contabilizada como uma reorganização das entidades sob controle comum sem qualquer alteração no patrimônio líquido da Companhia, uma vez que todas as entidades envolvidas eram, imediatamente antes e imediatamente após a reestruturação, 100% controladas pela Companhia. Consequentemente, a reestruturação foi registrada conforme valor de livros das entidades envolvidas. No entanto, como resultado da reestruturação, a empresa reconheceu o benefício fiscal e correspondente imposto diferido de R$319.996 relativo a determinados créditos fiscais de alguma entidade cuja a realização era incerta antes da reestruturação.

c. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do STFC e autorização para a exploração do SCM, respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do PGO/2008, bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), SMP e SEAC (especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo).

As concessões e autorizações são outorgadas pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

c.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO/2008.

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

c.2) Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

Em agosto de 2013 a Companhia celebrou com a ANATEL os termos de autorização para uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, em consequência do realinhamento da banda “L” nas subfaixas de 1.975 MHz a 1.980 MHz para transmissão das estações móveis e 2.165 MHz a 2.170 MHz para transmissão das estações nodais.

Estes termos de autorização foram expedidos pelos prazos remanescentes estabelecidos nos termos do item 1.9 do edital nº 002/2007/SPV-Anatel, de 23 de outubro de 2007, a título oneroso, associados à autorização para a prestação do SMP, aditivo nº 01 ao termo de autorização nº 078/2012/PVCP/SPV-Anatel de 14 de agosto de 2013, publicado no DOU de 16 de agosto de 2013. A autorização possui vencimento em 29 de abril de 2023, prorrogável, uma única vez, por quinze anos, estando sua vigência condicionada à manutenção dos requisitos previstos nos termos.

O montante total pago pela Companhia para os referidos termos de autorização foi de R$451.121, o qual foi registrado como licenças no ativo intangível (nota 14) e será amortizado pelos prazos remanescentes das licenças.

Nos leilões para venda das faixas de frequência de 2,5 GHz nacionais, atreladas à faixa de 450 MHz, realizados pela ANATEL nos dias 12 e 13 de junho de 2012, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) foi a vencedora no lote 3 dentre os ofertados, em conformidade com o edital de licitação da banda de quarta geração (4G) nº 004/2012/PVCP/SPV- ANATEL. O valor ofertado pelo lote 3 foi de R$1.050.000.

Em 11 de outubro de 2012, pelo Ato nº 5.907 o Conselho Diretor da ANATEL decidiu homologar o uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, nas subfaixas 2550 a 2570 MHz/2670 a 2690 MHz, associadas às autorizações para exploração do SMP a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), bem como as demais radiofrequências na faixa de 2,5GHz às respectivas operadoras vencedoras dos lotes do citado leilão. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 16 de outubro de 2012 e publicados no DOU em 18 de outubro de 2012.

Dessa maneira, com a adjudicação efetiva do referido lote, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) incrementou sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia 4G em todo o território nacional e passou a operar na faixa de frequência 2,5GHz, com banda de 20+20 MHz. Além da faixa de 2,5GHz, o lote arrematado inclui a faixa de 450 MHz para as áreas rurais do interior dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

No quarto trimestre de 2012, o montante total de R$1.050.000, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como licenças no ativo intangível (nota 14).

A Companhia explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, como segue:

Área de Operação	Vencimentos das Autorizações						
	450 MHz	800 MHz (1)	900 MHz	1800 MHz	1900 MHz (2)	2100 MHz (3)	2,5 GHz
Região 1							
Rio de Janeiro	-	Banda A - 29/11/20	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Espírito Santo	-	Banda A - 30/11/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	-	Banda B - 29/11/28	Extensão 2 - 30/04/23	Extensão 7, 9 e 10 - 30/04/23	-	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)	18/10/27	Banda A - 29/04/23	Extensão 2 - 30/04/23	Extensão 11 a 14 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	18/10/27	-	Banda E - 28/04/20	Banda E - 28/04/20	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Bahia	-	Banda A - 29/06/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Sergipe	18/10/27	Banda A - 15/12/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	18/10/27	-	-	Banda E - 30/04/23 Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Região 2							
Paraná (exceto Setor 20) e Santa Catarina	-	Banda B - 08/04/28	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Paraná Setor 20 - Londrina e Tamarana (5)	-	Banda B - 08/04/28	-	Banda M - 30/04/23 Extensão 10 - 30/04/23	-	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rio Grande do Sul (exceto setor 30)	-	Banda A - 17/12/22	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rio Grande do Sul - Setor 30 (Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turuçu)	-	-	-	Banda D e M - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Distrito Federal	-	Banda A - 24/07/21	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Goiás e Tocantins	-	Banda A - 29/10/23	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Goiás (setor 25) (7)	-	-	-	Banda M - 30/04/23 Extensão 7 a 10 - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso	-	Banda A - 30/03/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso do Sul (exceto setor 22) (6)	-	Banda A - 28/09/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso do Sul (setor 22 - Município de Paranaíba)	-	-	-	Banda M - 30/04/23 Extensão 7, 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rondônia	-	Banda A - 21/07/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Acre	-	Banda A - 15/07/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Região 3							
São Paulo (4)	18/10/27	Banda A - 05/08/23	-	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
São Paulo (Ribeirão Preto, Guatapará e Bonfim Paulista) (4)	18/10/27	Banda A - 20/01/24	-	Extensão 5, 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
São Paulo (área de Franca e região) (4)	18/10/27	Banda A - 05/08/23	-	Extensão 5, 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
São Paulo (setor 33) (8)	-	-	-	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27

(1) Todos os termos de autorização das bandas A e B já foram renovados por 15 anos. Portanto, não cabe outra renovação (completado 30 anos de autorização).
(2) Os termos de autorização da banda L que estavam atrelados a banda A ou B foram renovados no mesmo período dessas bandas.
(3) As bandas L que foram realinhadas à banda J passam a ter a mesma data para renovação dessa última (cálculo do preço de realinhamento contemplou esse ponto).
(4) Em São Paulo, somente nos municípios com CN de 13 a 19, a Companhia detém a licença de 450 MHz com vencimento em 18/10/27.
(5) Paraná - Setor 20 do PGO - municípios de Londrina e Tamarana.
(6) Mato Grosso do Sul - Setor 22 do PGO - município de Paranaíba.
(7) Goiás - Setor 25 do PGO - municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão.
(8) São Paulo - setor 33 do PGO – municípios de Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guaíra, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra.

d. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na Securities and *Exchange Commission* (SEC*)*, dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

d.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 paras as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil.

d.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na NYSE.
- Banco depositário no exterior: *Citibank N.A*.
- Banco custodiante no Brasil: *Citibank N.A*.

e. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália

A TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detinha uma participação de 46,18%) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica S.A. detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica S.A., nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica S.A. têm qualquer ingerência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações no Brasil, direto com as operações da TIM. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica S.A. realizou um Acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A. (que detém uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A.), segundo o qual:

1) A Telefónica S.A. subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não foi alterada (mantendo-se em 46,18%), embora sua participação econômica passou a ser de 66%. Deste modo, se manteve inalterado a governança da TELCO, S.p.A. e, portanto, todas as obrigações da Telefónica S.A. de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

2) Condicionado a prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo Brasil e Argentina) a Telefónica S.A. participará de um segundo aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 117 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não será alterada (mantendo-se em 46,18% em ações com direito a voto), embora sua participação econômica passará a ser de 70%.

3) A partir de 1º de janeiro de 2014, com a obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo o Brasil e Argentina), a Telefónica S.A. poderá converter a totalidade ou parte das ações sem direito a voto por ações ordinárias com direito a voto, até uma participação no capital com direito a voto da TELCO, S.p.A. de no máximo 64,9%.

4) Os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. outorgaram a Telefónica S.A., uma opção de compra sobre a totalidade das suas ações da TELCO S.p.A., cujo exercício foi condicionado a prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina), e poderá ser realizado a partir de 1º de janeiro de 2014, sempre que o Acordo de Acionistas continue em vigor, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro, ambos de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. solicitarem a cisão (cisão parcial) da sociedade.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas não foram obtidas as aprovações necessárias para a implementação das transações contempladas pelo Acordo de 24 de setembro de 2013, assinado pela Telefónica S.A. e os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A..

Em 4 de dezembro de 2013, o CADE anunciou as seguintes decisões:

1) Aprovar sujeito às restrições a seguir, a aquisição pela Telefónica S.A. da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA (PT) tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel brasileira Vivo Participações S.A. (Vivo Part.).

   A transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.

   Essa decisão do CADE foi concedida sob a condição suspensiva de que:

   a) Um novo acionista da Vivo Part. passe a compartilhar com a Telefónica S.A. o controle da Vivo Part., em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV, ou

   b) Telefónica S.A. deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A..

2) Impor a Telefónica S.A., uma multa de R$15 milhões, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefónica S.A. assinou com o CADE (como condição para a aprovação da operação inicial da aquisição na Telecom Itália em 2007), em virtude da subscrição e integralização pela Telefónica S.A. de ações sem direito a voto na TELCO, S.p.A. em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefónica S.A. a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A..

O calendário para o cumprimento das condições e obrigações impostas pelo CADE em ambas as decisões foi classificado como confidencial pelo CADE.

Em 13 de dezembro de 2013, a Telefónica S.A. divulgou um fato relevante sobre as duas decisões adotadas pelo CADE em sua reunião de 4 de dezembro de 2013, afirmando que considerou que as medidas impostas não eram razoáveis e, em consequência, está analisando a possibilidade de iniciar ações legais pertinentes.

No mesmo sentido, e com o intuito de reforçar seu firme compromisso com as obrigações previamente assumidas pela Telefónica S.A. de manter-se afastada dos negócios da Telecom Itália no Brasil, a Telefónica S.A. enfatizou, em fato relevante, que o Sr. César Alierta Izuel e o Sr. Julio Linares López haviam decidido renunciar, com efeito imediato, ao posto de Conselheiros da Telecom Itália, e que o Sr. Julio Linares López decidiu renunciar, com efeito imediato, de sua posição na lista apresentada pela TELCO, S.p.A. para a potencial reeleição do Conselho de Administração da Telecom Itália.

Da mesma forma, a Telefónica S.A. informou em fato relevante que, sem prejuízo dos direitos reconhecidos no Acordo de Acionistas da TELCO, S.p.A., que havia decidido não exercer, por enquanto, seu direito de nomear ou propor conselheiros da Telecom Itália.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

As demonstrações financeiras apresentam informações consolidadas comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa do início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2012 é apresentado nessas demonstrações financeiras, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária descrita na nota 1b), as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2013 não são comparáveis às de 31 de dezembro de 2012.

A Diretoria, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2013, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013:

Novas IFRS e IFRIC, que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou reciclados) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Venture* passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): Estas alterações mudaram o significado efetivo das IFRS. De acordo com esta alteração, uma entidade pode optar por aplicar tanto a norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas que permite a aplicação antecipada, desde que a norma seja aplicada de forma consistente ao longo dos períodos. A Companhia não optou pela aplicação antecipada de nenhuma norma.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões da IFRS 7): Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exige que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2013 foram introduzidas alterações a IFRS 13 com aplicação imediata. O IASB esclareceu nas "Bases para Conclusões" que os recebíveis de curto prazo e contas a pagar sem juros destacados podem ser realizados pelo valor da fatura, quando o efeito do desconto for imaterial. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Novas IFRS e Interpretações do IFRIC, que causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras:

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13 - Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança), Companhia AIX de Participações (AIX) e Companhia ACT de Participações (ACT). Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Para facilitar o entendimento dos efeitos decorrentes da aplicação desta norma, a seguir apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 com os devidos ajustes e algumas reclassificações efetuadas para melhor apresentação das informações consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado em 01.01.12

ATIVO	Balanço patrimonial em 01.01.12, divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 01.01.12., divulgado em 31.12.13
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.940.342	(50.799)	2.889.543
Contas a receber, líquidas (a)	5.105.860	22.282	5.128.142
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	772	772
Tributos a recuperar	2.495.066	(1)	2.495.065
Outros ativos (a)	1.268.850	(22.628)	1.246.222
Total do ativo circulante	**11.810.118**	**(50.374)**	**11.759.744**
Não circulante			
Tributos diferidos	1.428.878	(1.379)	1.427.499
Depósitos e bloqueios judiciais	3.374.690	(200)	3.374.490
Outros ativos	1.630.848	(52.244)	1.578.604
Investimentos	37.835	114.421	152.256
Imobilizado, líquido	17.153.920	(7.399)	17.146.521
Intangível, líquido	30.053.684	(4.237)	30.049.447
Total do ativo não circulante	**53.679.855**	**48.962**	**53.728.817**
Total do ativo	**65.489.973**	**(1.412)**	**65.488.561**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Balanço patrimonial em 01.01.12, divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 01.01.12., divulgado em 31.12.13
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	495.624	(97)	495.527
Fornecedores	6.037.315	834	6.038.149
Impostos, taxas e contribuições	1.691.991	(254)	1.691.737
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	988.413	11.669	1.000.082
Outras obrigações (b)	3.526.920	(11.716)	3.515.204
Total do passivo circulante	**12.740.263**	**436**	**12.740.699**
Não circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais (d)	-	15.160	15.160
Tributos diferidos	788.954	-	788.954
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	3.959.115	9.398	3.968.513
Provisões (c)	3.147.085	(309.057)	2.838.028
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (c)	-	308.893	308.893
Outras obrigações (b) (d)	1.523.771	(26.242)	1.497.529
Total do passivo não circulante	**9.418.925**	**(1.848)**	**9.417.077**
Patrimônio líquido	**43.330.785**	**-**	**43.330.785**
Total do passivo e patrimônio líquido	**65.489.973**	**(1.412)**	**65.488.561**

(a) Os montantes de outras contas a receber foram reclassificados de “Outros ativos” para a linha de “Contas a receber, líquidas” (notas 11 e 6).

(b) Os montantes de arrendamento financeiro foram reclassificados de “Outras obrigações” para a linha de “Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros” (notas 22 e 18.1).

(c) Os montantes do passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de “Provisões” para uma linha específica “Obrigações com planos de benefícios pós emprego” (notas 20 e 35).

(d) Os montantes do passivo com planos de remuneração baseados em ações foram reclassificados de “Outras obrigações” para a linha de “Pessoal, encargos e benefícios sociais” (notas 22 e 15).

Balanço Patrimonial Consolidado em 31.12.12

ATIVO	Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.12.13
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.196.079	(62.594)	7.133.485
Contas a receber, líquidas (a)	5.513.436	33.502	5.546.938
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.140	1.140
Tributos a recuperar	2.052.423	(2)	2.052.421
Outros ativos (a)	1.510.004	(34.807)	1.475.197
Total do ativo circulante	**16.271.942**	**(62.761)**	**16.209.181**
Não circulante			
Tributos diferidos	1.029.598	(1.710)	1.027.888
Depósitos e bloqueios judiciais	3.909.474	(206)	3.909.268
Outros ativos	1.399.830	(47.797)	1.352.033
Investimentos	23.683	119.198	142.881
Imobilizado, líquido	17.610.851	(6.707)	17.604.144
Intangível, líquido	30.009.289	(3.592)	30.005.697
Total do ativo não circulante	**53.982.725**	**59.186**	**54.041.911**
Total do ativo	**70.254.667**	**(3.575)**	**70.251.092**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.12.13
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	416.355	(103)	416.252
Fornecedores	5.889.377	(309)	5.889.068
Impostos, taxas e contribuições	1.781.480	(230)	1.781.250
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	1.255.323	14.799	1.270.122
Outras obrigações (b)	4.194.936	(14.836)	4.180.100
Total do passivo circulante	**13.537.471**	**(679)**	**13.536.792**
Não circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais (d)	-	13.224	13.224
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	3.756.001	18.460	3.774.461
Provisões (c)	3.846.899	(393.262)	3.453.637
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (c)	-	392.269	392.269
Outras obrigações (b) (d)	4.433.176	(33.587)	4.399.589
Total do passivo não circulante	**12.036.076**	**(2.896)**	**12.033.180**
Patrimônio líquido	**44.681.120**	**-**	**44.681.120**
Total do passivo e patrimônio líquido	**70.254.667**	**(3.575)**	**70.251.092**

(a) Os montantes de outras contas a receber foram reclassificados de “Outros ativos” para a linha de “Contas a receber, líquidas” (notas 11 e 6).

(b) Os montantes de arrendamento financeiro foram reclassificados de “Outras obrigações” para a linha de “Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros” (notas 22 e 18.1).

(c) Os montantes do passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de “Provisões” para uma linha específica “Obrigações com planos de benefícios pós emprego” (notas 20 e 35).

(d) Os montantes do passivo com planos de remuneração baseados em ações foram reclassificados de “Outras obrigações” para a linha de “Pessoal, encargos e benefícios sociais” (notas 22 e 15).

Demonstração de Resultados Consolidada para o Exercício Findo em 31.12.12

	Demonstração de resultados 31.12.12, divulgada em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração de resultados 31.12.12, divulgada em 31.12.13
Receita operacional líquida	33.931.422	(11.766)	33.919.656
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(16.564.464)	7.020	(16.557.444)
Lucro bruto	**17.366.958**	**(4.746)**	**17.362.212**
Despesas com comercialização	(8.693.696)	-	(8.693.696)
Despesas gerais e administrativas	(2.148.476)	3.168	(2.145.308)
Outras receitas operacionais, líquidas	687.503	209	687.712
Resultado de equivalência patrimonial	-	588	588
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	**7.212.289**	**(781)**	**7.211.508**
Receitas financeiras	1.281.554	(449)	1.281.105
Despesas financeiras	(1.572.369)	-	(1.572.369)
Lucro antes dos tributos	**6.921.474**	**(1.230)**	**6.920.244**
Imposto de renda e contribuição social	(2.469.293)	1.230	(2.468.063)
Lucro líquido do exercício	**4.452.181**	**-**	**4.452.181**

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada para o Exercício Findo em 31.12.12

	Demonstração do fluxo de caixa de 31.12.12, divulgada em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração do fluxo de caixa de 31.12.12, divulgada em 31.12.13
Lucro antes dos tributos	6.921.474	(1.230)	6.920.244
Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa	6.139.975	7.947	6.147.922
(Aumento) redução no ativo operacional:	(557.118)	317.349	(239.769)
Aumento (redução) no passivo operacional:	(2.771.162)	(3.238)	(2.774.400)
Total do caixa gerado pelas atividades operacionais	**9.733.169**	**320.828**	**10.053.997**
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(3.397.253)**	**(323.586)**	**(3.720.839)**
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(2.080.179)**	**(9.037)**	**(2.089.216)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**4.255.737**	**(11.795)**	**4.243.942**
Caixa e equivalentes no início do exercício	**2.940.342**	**(50.799)**	**2.889.543**
Caixa e equivalentes no final do exercício	**7.196.079**	**(62.594)**	**7.133.485**
Variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**4.255.737**	**(11.795)**	**4.243.942**

Demonstração do Valor Adicionado Consolidada para o Exercício Findo em 31.12.12

	Demonstração do valor adicionado de 31.12.12, divulgada em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração do valor adicionado de 31.12.12, divulgada em 31.12.13
Receitas	46.224.912	(14.185)	46.210.727
Insumos adquiridos de terceiros	(15.700.903)	7.102	(15.693.801)
Valor adicionado bruto	**30.524.009**	**(7.083)**	**30.516.926**
Retenções	**(5.493.159)**	**1.383**	**(5.491.776)**
Valor adicionado líquido produzido	**25.030.850**	**(5.700)**	**25.025.150**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.281.553**	**139**	**1.281.692**
Valor adicionado total a distribuir	**26.312.403**	**(5.561)**	**26.306.842**
Distribuição do valor adicionado	**(26.312.403)**	**5.561**	**(26.306.842)**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(2.185.653)	1.183	**(2.184.470)**
Impostos, taxas e contribuições	(15.933.036)	3.867	**(15.929.169)**
Remuneração de capitais de terceiros	(2.982.393)	(381)	**(2.982.774)**
Remuneração de capitais próprios	(4.452.181)	-	**(4.452.181)**
Outros	(759.140)	892	**(758.248)**

Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações: Estas alterações mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação é efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A Companhia não espera que estas alterações possam impactar significativamente suas demonstrações financeiras.

IFRS 3 Combinação de Negócios: Estas alterações mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. A Companhia irá considerar a aplicação destas alterações para qualquer combinação de negócios que ocorrer após 1º de julho de 2014.

IFRS 8 Operação por Segmento: As mudanças estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados / agregados se eles estão de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e sua controlada operam em um único segmento operacional, não é esperado impacto significativo para suas demonstrações financeiras e divulgação.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência, com data ainda indefinida. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões tenham impactos relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas controladas se qualifica como entidade de investimento.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A alteração é prospectiva a partir 1º de julho de 2014. A mudança está relacionada com a aplicação da exceção do portfolio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A Companhia e sua controlada irão avaliar o efeito da aplicação das novas operações após 1º de julho de 2014.

IAS 16 Ativo Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis: A alteração ao IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarece que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação / amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação / amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação / amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não tem impacto sobre a situação financeira ou operacional da Companhia de sua controlada no momento. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado e ativos intangíveis não é permitida no Brasil, a Companhia não espera impacto em suas demonstrações financeiras.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas: A alteração esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A Companhia não espera que estas alterações impactem significativamente suas demonstrações financeiras.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões tenham impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos: O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Essa revisão deverá ser aplicada nas futuras renovações de derivativos.

IAS 40 Propriedades de Investimento: Esta alteração esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A Companhia irá avaliar qualquer impacto possível no caso de transação que ocorrerem após a data de vigência.

2.2 - Bases de consolidação e principais variações no âmbito de consolidação

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas.

Telefônica Data S.A. (TData): Com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); exploração de soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados à telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, de valor adicionado ou quaisquer outros a eles relacionados, prestados ou fornecidos por terceiros; provimento de infraestrutura de telecomunicações para terceiros; gestão e/ou desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, nos termos da legislação vigente; prestação de serviço de intermediação de negócios em geral e prestação de serviço de suporte técnico em informática, incluindo consultoria, instalação e manutenção de bens, programas e serviços, licenciamento e sub licenciamento de *softwares* de qualquer natureza, armazenamento e gerenciamento de dados e informações. Em 1º de julho de 2013, parte de seu acervo patrimonial foi cindido e incorporado pela Companhia e, nesta mesma data, a TData incorporou parte do acervo da Vivo e ATelecom (nota 1b).

Vivo S.A. (Vivo): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a exploração do SMP, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. A Vivo foi cindida e incorporada pela Companhia e TData em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

A. Telecom S.A. (ATelecom): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a gestão de prestação de serviços de telecomunicações e de instalação, operação e manutenção de soluções *internet, intranet* e *extranet*, representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens, comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral, consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem, importação e exportação de bens e serviços úteis à consecução do objeto social e participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. A ATelecom foi cindida e incorporada pela Companhia e TData em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e *internet*. A TST foi incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

Ajato Telecomunicações Ltda. (Ajato): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, comércio, locação, importação, exportação, manutenção e conserto para esses equipamentos. A Ajato foi incorporada pela TST (posteriormente incorporada pela Companhia) em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações. A GTR-T foi incorporada pela TST (posteriormente incorporada pela Companhia) em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

TVA Sul Paraná S.A. (Sul Paraná): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos. A Sul Paraná foi incorporada pela TST (posteriormente incorporada pela Companhia) em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

Lemontree Participações S.A. (Lemontree): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura, telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados. A Lemontree foi incorporada pela TST (posteriormente incorporada pela Companhia) em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV): Com sede no Brasil, até 30 de junho de 2013, tinha como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades. A CaTV foi incorporada pela TST (posteriormente incorporada pela Companhia) em 1º de julho de 2013 (nota 1b).

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas direta e indiretamente, entidades controladas em conjunto e o percentual de participação acionária em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Em 31 de dezembro de 2013

	Participação direta		
Investidas	Investidora	Participação	Participação Total
Subsidiárias integrais			
TData	Telefônica Brasil	100,00%	100,00%
Entidades controladas em conjunto, não consolidadas			
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	50,00%

Em 31 de dezembro de 2012

Investidas	Participação direta		Participação indireta		Participação Total
	Investidora	Participação	Investidora	Participação	
Subsidiárias integrais					
Vivo	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TData	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
ATelecom	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TST	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Ajato	-	-	TST	100,00%	100,00%
GTR-T	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Sul Paraná	Telefônica Brasil	79,29%	GTR-T	20,71%	100,00%
Lemontree	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
CaTV	Telefônica Brasil	78,48%	Lemontree	21,52%	100,00%
Entidades controladas em conjunto, não consolidadas					
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das demonstrações consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

Ano de 2013 - Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional atual da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (TData), a Companhia protocolou na ANATEL, em 15 de março de 2012, pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de STFC através da Lei nº 12.485.

A referida reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no DOU de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas (nota 1b).

Ano de 2012 - Aquisição de ações da Lemontree e GTR-T

Em 6 de junho de 2012, a Companhia exerceu sua opção de compra em relação (i) a 71.330.508 ações ordinárias remanescentes correspondentes a 51% do capital votante da Lemontree, controladora da CaTV; e (ii) a 923.778 ações ordinárias remanescentes da GTR-T, titular de 50,9% das ações ordinárias da Sul Paraná, ações essas anteriormente detidas pelo grupo Abril. A opção de compra exercida nesta data, finaliza o processo de aquisição das ações remanescentes da Lemontree e da GTR-T, iniciado com o exercício parcial da opção implementado em 29 de setembro de 2011, com a aquisição de ações ordinárias da Lemontree, representativas de 49% do seu capital social. Os valores correspondentes às aquisições das ações ordinárias remanescentes da Lemontree e GTR-T foram de R$37.737 e R$6.434, respectivamente.

Esta operação foi registrada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações financeiras.

Com a implementação deste exercício de opção, a Companhia passou a deter 100% das ações representativas do capital votante e total da Lemontree e da GTR-T e, indiretamente, das sociedades operadoras de serviços de televisão a cabo situadas em São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

Ano de 2012 - Alienação de ações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 (1.196.395 diretamente e 422.257 indiretamente através da Aliança Atlântica) ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON). O resultado líquido positivo consolidado (valor da alienação das ações detidas e baixa dos investimentos) desta operação foi de R$1.486.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 5).

b) Contas a receber, líquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido da provisão para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards* e acessórios. A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 6).

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 7).

A provisão para redução ao valor realizável é constituída para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 10).

e) Investimentos

As participações societárias em investidas (empresas controladas ou de controle conjunto) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração do resultado abrangente.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia nas investidas. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das investidas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados, de acordo com a participação mantida na controlada.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controlada em conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em “Ajuste Acumulado de Conversão”.

f) <u>Imobilizado, líquido</u>

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), os quais foram registrados como tributos a recuperar.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desimobilização de ativos (nota 20) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

g) Intangível, líquido (incluindo o ágio no consolidado)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração de resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração de resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, licenças de concessão e autorização adquiridas da ANATEL, carteira de clientes, marcas e outros ativos intangíveis.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

h) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento em que a Companhia ou Controlada obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Esses contratos são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os juros implícitos no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os montantes registrados como arrendamento mercantil financeiro são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os contratos de arrendamento em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são classificados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

A Companhia ou Controlada possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária.

- Como arrendadora: contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Soluciona TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber.

- Como arrendatária: equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente.

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato (nota 18.1).

i) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

A Companhia e Controlada revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC), os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model"* (CAPM) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

i.1) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

i.2) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i.3) Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e Controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e Controlada não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mesurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração de resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração de resultados ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio líquido.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essa unidade.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

k) <u>Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente</u>

(i) Ativos Financeiros

<u>Reconhecimento inicial e mensuração</u>

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia e Controlada determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia e Controlada se comprometem a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia e Controlada incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

<u>Mensuração subsequente</u>

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

<u>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:</u> incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e Controlada que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

<u>Empréstimos e recebíveis:</u> são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado, se e quando aplicáveis.

Investimentos mantidos até o vencimento: os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e Controlada tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado. A Companhia e Controlada não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem se vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração de resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração do resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas):

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia ou Controlada transferem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia ou Controlada tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e Controlada avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>

A Companhia e Controlada inicialmente avaliam individualmente se existem evidências claras de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia ou Controlada concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

<u>Investimentos financeiros disponíveis para venda</u>

A Companhia e Controlada avaliam na data de encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva de que o investimento não é recuperável.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida na demonstração do resultado) é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração de resultados.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é contabilizada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração de resultados, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração de resultados.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia e Controlada determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia ou Controlada incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia ou Controlada que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia ou Controlada não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação Líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

l) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, existem duas classificações: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos para a transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Os contratos da Companhia foram classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a porção do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que é determinada como um *hedge* eficaz deve ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes) e (ii) a porção ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado como custo financeiro e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido na demonstração do resultado, como custo financeiro.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia e Controlada mantiverem um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Mensuração do valor justo

A Companhia e Controlada mensuram instrumentos financeiros, como por exemplo derivativos e ativos não financeiros a valor justo em cada data de encerramento do exercício.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e Controlada.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e Controlada utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e Controlada determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e Controlada determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia não possui instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na nota 36.

n) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

o) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio (JSCP), os quais são similares ao pagamento de dividendos porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e Controlada, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisiona nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovado pela assembleia de acionistas, como reserva de dividendos no patrimônio líquido.

p) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou Controlada tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência (nota 20).

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e Controlada são parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desimobilização de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

Subsequentemente é mensurado pelo valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões da Companhia.

q) Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Tributo Federal;
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações;
FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações;
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – Tributo Estadual;
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;
TFF – Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e
TFI – Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ISS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia e Controlada, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Medida Provisória (MP) Nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, a qual introduz várias modificações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, entre as quais destacam-se:

i) Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2015 e, em caráter opcional, a partir de 1º de janeiro de 2014; e

ii) Alteração de dispositivos específicos do Decreto-Lei nº 1.598/77 com o objetivo de adequar a legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis em vigor, em função da extinção do RTT e da necessidade de se estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL.

Conforme facultado pelo artigo nº 71 desta MP, a Companhia optará pela adoção das disposições contidas em seus artigos 1º a 66, quando aplicáveis, a partir de 1º de janeiro de 2014, assim que a Receita Federal do Brasil (RFB) definir a forma, o prazo e as condições para a referida opção.

r) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou Controlada e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou Controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) <u>Ajuste a valor presente de ativos e passivos</u>

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia e Controlada concluíram que o ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

t) <u>Subvenção e assistência governamentais</u>

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração de resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

As normas tributárias brasileiras (Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005), possibilitaram às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo decorre das incorporações da Vivo Part. e Vivo, e se estende até o exercício de 2013.

A parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 21).

u) <u>Reconhecimento das receitas</u>

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de vendas de mercadorias, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou Controlada, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou Controlada.

A Companhia e Controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e a Companhia concluiu que atua como principal em todos os contratos de receita.

As receitas da Companhia e Controlada compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados, serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede e vendas de mercadorias.

<u>Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações</u>

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é apurada e reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS, PIS, COFINS e ISS.

Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores. Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers)* são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

Programa de fidelização

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração do resultado no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes (nota 21).

Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha**.**

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos identificados em função dos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio.

A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

v) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia ou Controlada.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de benefícios pós emprego

A Companhia e Controlada patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Com a adoção do IAS 19 (Revisado) em 1º de janeiro de 2013, os custos atuariais reconhecidos na demonstração do resultado são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado permanentemente para o resultado.

x) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Planos de benefícios pós emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 35.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos tangíveis e intangíveis, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

A Companhia e Controlada analisam periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e Controlada constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e Controlada.

A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

y) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

z) Conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2013, eram: US$1,00 = R$2,3426, €1,00 = R$3,23068, e em 31 de dezembro de 2012, eram: US$1,00 = R$2,0435, €1,00 = R$2,693946. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração do resultado.

aa) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia e Controlada possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

bb) Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora, Telefónica S.A., para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a aquisição.

cc) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

dd) Participações de acionistas não controladores

As participações dos acionistas não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e do patrimônio líquido das controladas que não é detida pela Companhia, sendo destacada no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido.

ee) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e Controlada é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e Controlada operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ff) Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4. AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 27 de abril de 2011, as assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

A Companhia adotou como valor justo das ações adquiridas com base em laudo de valor econômico elaborado por empresa especializada contratada pela Administração pelo fato de se tratar de uma transação entre duas empresas sob controle comum, cujo valor por ação aproxima-se ao valor pago pela SP Telecomunicações Participações Ltda. na Oferta Publica de Ações (OPA) do mês de março de 2011, que resultou na aquisição de 2,65% do capital da Vivo Part., anteriormente em poder de acionistas não controladores.

Os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. foram mensurados e reconhecidos na data de aquisição.

Esses valores foram determinados mediante diversos métodos de avaliação dependendo do tipo de ativo e/ou passivo em questão, bem como da melhor informação disponível e com o auxílio de assessoria de especialistas.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Licenças

O valor justo foi determinado através do método *Multi-Period Excess Earnings Method* (MEEM) que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis às licenças, líquidos das eliminações dos encargos relacionados aos ativos contributivos implicados na geração desses fluxos e excluindo os fluxos atribuíveis à carteira de clientes.

Esse método se baseia na premissa de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R$12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

Carteira de clientes

A carteira de clientes também foi avaliada pelo método MEEM, que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas “curvas de Iowa”. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R$2.042.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

Marca

O valor justo da marca “Vivo” foi calculado com o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressa como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação livre, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R$1.642.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 19,5 anos.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Informações (em R$ mil)	Valor Justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido[b]	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível [a]	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes [c]	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	**22.062.142**
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	**9.160.488**

(a) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R$12.876.000), à marca (R$1.642.000) e a carteira de clientes (R$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.
(b) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (a) e (c).
(c) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R$283.000.

De acordo com o IFRS 3(R) - Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Os custos incorridos na transação foram lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Caixa e contas bancárias	101.094	18.398	101.921	94.304	76.316
Aplicações financeiras	6.210.205	3.060.884	6.442.015	7.039.181	2.813.227
Total	**6.311.299**	**3.079.282**	**6.543.936**	**7.133.485**	**2.889.543**

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia possui aplicações financeiras em garantia a empréstimos e processos judiciais nos montantes consolidados de R$106.455 em 31 de dezembro de 2013 (R$109.708 em 31 de dezembro de 2012), registradas no ativo não circulante.

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Valores faturados	4.081.963	1.622.311	4.485.539	4.066.835	3.695.379
Valores a faturar	1.777.871	804.965	1.890.485	1.675.091	1.677.708
Valores de interconexão	872.678	338.014	859.894	977.644	896.639
Contas a receber bruto	**6.732.512**	**2.765.290**	**7.235.918**	**6.719.570**	**6.269.726**
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.031.011)	(614.566)	(1.175.973)	(1.079.254)	(1.056.729)
Total	**5.701.501**	**2.150.724**	**6.059.945**	**5.640.316**	**5.212.997**
Circulante	5.541.023	2.150.724	5.802.859	5.546.938	5.128.142
Não circulante	160.478	-	257.086	93.378	84.855

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
A vencer	4.131.549	1.395.227	4.398.791	4.331.163	4.125.659
Vencidas – 1 a 30 dias	756.787	377.142	795.389	718.693	631.923
Vencidas – 31 a 60 dias	266.192	113.042	289.783	215.862	204.775
Vencidas – 61 a 90 dias	162.436	51.107	166.105	193.291	115.125
Vencidas – 91 a 120 dias	59.244	27.955	62.122	60.669	49.815
Vencidas – mais de 120 dias	325.293	186.251	347.755	120.638	85.700
Total	**5.701.501**	**2.150.724**	**6.059.945**	**5.640.316**	**5.212.997**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A seguir demonstramos as movimentações da provisão para redução ao valor recuperável:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	**(607.736)**	**(1.056.729)**
Ingressos, líquidos (nota 26)	(267.453)	(654.273)
Baixas	260.623	631.748
Saldo em 31.12.12	**(614.566)**	**(1.079.254)**
Ingressos, líquidos (nota 26)	(480.373)	(741.274)
Baixas	468.058	644.555
Incorporação/cisão em 01.07.13	(404.130)	-
Saldo em 31.12.13	**(1.031.011)**	**(1.175.973)**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R$160.478, referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. O valor das receitas não reconhecidas (ajuste a valor presente) em 31 de dezembro de 2013 era de R$18.174.

A TData possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R$96.608 (R$93.378 em 31 de dezembro de 2012) relacionado a este produto.

O saldo consolidado das contas a receber referente ao arrendamento mercantil financeiro mencionado acima, contempla os seguintes efeitos:

	Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Valor presente dos valores a receber	335.376	294.245	261.933
Receita financeira não realizada	7.058	7.757	8.941
Saldo bruto a receber	**342.434**	**302.002**	**270.874**
Provisão para redução ao valor recuperável	(99.791)	(86.648)	(69.375)
Saldo líquido a receber	**242.643**	**215.354**	**201.499**
Circulante	146.035	121.976	116.644
Não circulante	96.608	93.378	84.855

O cronograma de vencimentos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Consolidado	
	Contas a receber, brutas	Valor presente
A vencer até um ano	238.768	238.768
A vencer até cinco anos	103.666	96.608
Total	**342.434**	**335.376**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Materiais para consumo	55.431	39.641	58.492	59.417	94.547
Materiais para revenda (a)	459.949	5.835	498.803	380.163	435.032
Outros estoques	6.481	3.835	6.481	4.005	6.468
Total bruto	**521.861**	**49.311**	**563.776**	**443.585**	**536.047**
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(52.275)	(24.908)	(58.161)	(55.776)	(64.326)
Total	**469.586**	**24.403**	**505.615**	**387.809**	**471.721**

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	**(35.651)**	**(64.326)**
Adições	(4.718)	(35.972)
Reversões	15.461	44.522
Saldo em 31.12.12	**(24.908)**	**(55.776)**
Adições	(14.475)	(29.247)
Reversões	21.785	26.862
Incorporação/cisão em 01.07.13	(34.677)	-
Saldo em 31.12.13	**(52.275)**	**(58.161)**

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência, estão demonstrados na nota 25.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
ICMS (a)	1.553.503	366.211	1.556.452	1.631.088	1.665.896
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06 (b)	355.251	178.535	355.251	288.520	307.832
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (c)	374.096	453.933	377.704	528.109	1.143.987
Impostos e contribuições retidos na fonte (d)	174.015	106.693	188.659	141.620	152.919
PIS e COFINS	62.449	39.265	63.816	148.092	210.950
Outros	17.871	6.916	18.468	53.957	28.440
Total	**2.537.185**	**1.151.553**	**2.560.350**	**2.791.386**	**3.510.024**
Circulante	2.168.797	602.328	2.191.962	2.052.421	2.495.065
Não circulante	368.388	549.225	368.388	738.965	1.014.959

(a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.
(b) Refere-se ao pedido de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.
(c) Refere-se principalmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
(d) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do exercício e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia e Controlada constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Ativo diferido					
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	122.321	21.290	262.915	21.290	348.576
Crédito fiscal incorporado (b)	-	9.461	-	9.461	46.962
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)					
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	1.322.244	805.557	1.327.288	1.104.065	950.988
Planos de benefícios pós emprego	143.537	126.605	143.537	133.371	104.856
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	93.442	245.556	169.434	178.433
Provisão para perdas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	7.467	166.174	210.107	137.829
Participação nos resultados	71.287	34.888	71.948	62.218	82.564
Depreciação acelerada contábil	154.181	128.070	154.181	421.768	433.512
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	8.469	12.885	13.951	17.542
Provisão para programa de fidelização	31.199	-	31.199	28.168	23.399
Operações com derivativos	-	26.522	-	42.922	69.387
Fornecedores e outras provisões	338.458	62.314	398.956	290.199	354.916
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.988	81.926	157.313	134.460	109.285
Total do ativo diferido	**2.757.820**	**1.406.011**	**2.971.952**	**2.641.414**	**2.858.249**

Passivo diferido					
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	(269.514)	(337.535)	(269.514)	(207.668)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)					
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	(209.185)	(308.490)	(416.700)	(333.156)
Variação cambial	-	(3.383)	-	(3.383)	(14.742)
Carteira de clientes	(461.870)	(546.383)	(461.870)	(546.383)	(630.896)
Marcas e patentes	(479.548)	(508.178)	(479.548)	(508.178)	(536.808)
Licença	(719.780)	(399.878)	(719.780)	(399.878)	(79.976)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(344.927)	(568.338)	(344.927)	(258.695)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(266.870)	(480.366)	(266.870)	(53.374)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(124.527)	(74.344)	(128.365)	(74.344)	(104.389)
Total do passivo diferido	**(3.480.454)**	**(2.622.662)**	**(3.484.292)**	**(2.830.177)**	**(2.219.704)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(722.634)**	**(1.216.651)**	**(512.340)**	**(188.763)**	**638.545**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido					
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:					
Ativo diferido líquido, não circulante	-	-	**210.294**	**1.027.888**	**1.427.499**
Passivo diferido líquido, não circulante	**(722.634)**	**(1.216.651)**	**(722.634)**	**(1.216.651)**	**(788.954)**

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pela Companhia e Controlada, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1ª de janeiro de 2012.

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 01.01.12	-	-	-	1.745.928	1.705.050	3.450.978
Crédito fiscal (25% + 9%)	-	-	-	436.482	153.455	589.937
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	177.471	63.890	241.361
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12	48.264	102.486	150.750	930.409	997.434	1.927.843
Crédito fiscal (25% + 9%)	12.066	9.224	21.290	232.602	89.769	322.371
Crédito fiscal reconhecido	12.066	9.224	21.290	12.066	9.224	21.290
Crédito fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	220.536	80.545	301.081
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.13	259.106	639.382	898.488	672.523	1.053.155	1.725.678
Crédito fiscal (25% + 9%)	64.777	57.544	122.321	168.131	94.784	262.915
Crédito fiscal reconhecido	64.777	57.544	122.321	168.131	94.784	262.915

(*) Devido ao processo de reestruturação, a TData reconheceu os créditos fiscais não reconhecidos, portanto, não existe crédito não reconhecido em 2013.

b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

c) IR e CS sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A seguir demonstramos as movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado		
Ativo Diferido	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total	IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	IR e CS sobre diferenças temporárias	Total
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	-	**1.321.848**	**1.321.848**	**348.576**	**2.509.673**	**2.858.249**
Constituição	154.657	168.917	323.574	154.657	375.739	530.396
Baixas e realizações	(133.367)	(106.044)	(239.411)	(481.943)	(265.288)	(747.231)
Saldo em 31.12.12 - consolidado Reapresentado	**21.290**	**1.384.721**	**1.406.011**	**21.290**	**2.620.124**	**2.641.414**
Constituição	101.031	289.153	390.184	241.625	458.376	700.001
Baixas e realizações	-	(153.048)	(153.048)	-	(368.537)	(368.537)
Resultados abrangentes	-	(36)	(36)	-	(926)	(926)
Incorporação/cisão em 01.07.13	-	1.114.709	1.114.709	-	-	-
Saldo em 31.12.13	**122.321**	**2.635.499**	**2.757.820**	**262.915**	**2.709.037**	**2.971.952**

Passivo Diferido	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	**(2.110.802)**	**(2.219.704)**
Constituição	(627.207)	(747.326)
Baixas e realizações	94.448	123.537
Outros movimentos que não transitaram no resultado	(9.308)	(8.071)
Resultados abrangentes	30.207	21.387
Saldo em 31.12.12 - consolidado Reapresentado	**(2.622.662)**	**(2.830.177)**
Constituição	(824.830)	(884.798)
Baixas e realizações	257.687	223.810
Outros movimentos que não transitaram no resultado	(21.448)	6.873
Incorporação/cisão em 01.07.13	(269.201)	-
Saldo em 31.12.13	**(3.480.454)**	**(3.484.292)**

O quadro a seguir apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	4.578	1.882	4.578	1.882
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superávitarios	(6.458)	28.325	(7.348)	23.726
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	1.844	-	1.844	(4.221)
Total	**(36)**	**30.207**	**(926)**	**21.387**

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Controladora	(819.636)	(136.081)	(38.855)	(71.332)	(81.336)	424.606	(722.634)
Consolidado	(635.572)	(113.087)	(39.151)	(71.645)	(80.702)	427.817	(512.340)

Os valores acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Depósitos judiciais					
Trabalhista	1.030.468	830.081	1.036.055	933.866	789.705
Tributário	2.348.179	1.549.738	2.364.913	2.182.513	1.938.270
Cível e regulatório	852.972	667.646	853.980	866.668	715.285
Total	**4.231.619**	**3.047.465**	**4.254.948**	**3.983.047**	**3.443.260**
Bloqueios judiciais	96.130	20.791	97.572	52.846	47.651
Total	**4.327.749**	**3.068.256**	**4.352.520**	**4.035.893**	**3.490.911**
Circulante	204.165	-	204.165	126.625	116.421
Não Circulante	4.123.584	3.068.256	4.148.355	3.909.268	3.374.490

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e Controlada mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R$2.364.913 (R$2.182.513 em 31 de dezembro de 2012). Na nota 20, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

  A Companhia e Controlada possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$31.162 (R$62.924 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

  A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$144.684 (R$136.211 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

  A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e Controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$864.487 (R$818.502 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

  A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$59.343 (R$58.367 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

  A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$28.456 (R$25.422 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

  O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e Controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$514.127 (R$370.026 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

  A Companhia possuía discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; e (ii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%).

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$96.736 (R$91.915 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

  A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$70.697 (R$66.386 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

  A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

  Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (REFIS), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$51.648 (R$49.355 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

  A Companhia e Controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e não inclusão das receitas de ITX na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998, de 17 de agosto de 2000.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$371.373 (R$341.403 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

  Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Companhia), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central do Brasil para conversão de empréstimo externo em investimento.

  Em dezembro de 2013, o mandato de segurança ingressado obteve decisão desfavorável para a Companhia, sendo o mencionado depósito judicial convertido em renda para pagamento do débito em discussão.

  Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$20.899.

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

  Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$38.259 (R$34.235 em 31 de dezembro de 2012).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$93.941 (R$106.868 em 31 de dezembro de 2012).

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Propaganda e publicidade	167.873	817	167.873	173.688	172.401
Alugueis	35.168	20.533	35.168	51.207	43.744
Seguros	29.212	7.875	29.733	14.250	11.984
Encargos financeiros	11.568	-	11.568	7.152	8.743
Manutenção de *software*, tributos e outras	35.801	14.105	38.308	33.436	50.322
Total	**279.622**	**43.330**	**282.650**	**279.733**	**287.194**
Circulante	254.743	26.610	257.286	248.337	255.056
Não Circulante	24.879	16.720	25.364	31.396	32.138

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Adiantamentos a empregados e fornecedores	64.101	70.888	64.991	97.152	73.646
Créditos com partes relacionadas	297.198	130.559	97.748	58.151	60.499
Subsídio na venda de aparelhos celulares	55.716	-	55.716	53.756	53.408
Crédito com fornecedores (a)	139.563	16.930	139.563	479.283	217.255
Superávit plano de pensão	17.769	17.595	17.909	48.048	31.210
Outros valores a realizar	86.492	38.060	92.037	27.235	61.215
Total	**660.839**	**274.032**	**467.964**	**763.625**	**497.233**
Circulante	533.272	198.445	340.171	671.317	401.184
Não Circulante	127.567	75.587	127.793	92.308	96.049

(a) Os valores consolidados em 31 de dezembro de 2012, incluem R$362.774 referente à operação de alienação de torres de transmissão não estratégicas, recebido em 2013.

.

12. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia.

As alterações das participações societárias demonstradas no quadro a seguir, decorre do processo de reestruturação societária descrito na nota 1b).

a) *Informações das investidas – Subsidiárias Integrais*

	Controladas								
	Em 31.12.13	Em 31.12.12							
	TData	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Ativo									
Circulante	1.090.339	9.877.926	358.299	498.074	40.087	2.178	6	25.435	801
Não circulante	420.253	13.263.918	140.763	414.985	160.603	41.327	11.835	167.688	1.074
Total do ativo	**1.510.592**	**23.141.844**	**499.062**	**913.059**	**200.690**	**43.505**	**11.841**	**193.123**	**1.875**
Passivo									
Circulante	688.480	8.213.367	174.536	218.126	34.818	9.522	437	117.652	14
Não circulante	43.823	4.887.981	19.191	54.165	2.744	28.798	-	21.830	-
Patrimônio líquido	778.289	10.040.496	305.335	640.768	163.128	5.185	11.404	53.641	1.861
Total do passivo	**1.510.592**	**23.141.844**	**499.062**	**913.059**	**200.690**	**43.505**	**11.841**	**193.123**	**1.875**
Lucro líquido (prejuízo)	258.763	4.173.983	(98.599)	9.336	(51.195)	(5.780)	(12.146)	(33.835)	(1.264)
Participação no patrimônio líquido									
Em 31 de dezembro de 2013	100,00%	n/a	100,00%	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Em 31 de dezembro de 2012	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	79,29%	100,00%	78,48%	100,00%

b) *Informações das investidas – Controladas em Conjunto*

	Em 31 de dezembro de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	11	10.515	139.414	10	13.414	116.322
Ativo não circulante	-	12.441	-	-	120.024	-
Passivo circulante	1	2.950	2.200	-	3.280	2.302
Passivo não circulante	-	6.076	-	-	5.792	-
Patrimônio líquido	**10**	**13.930**	**137.214**	**10**	**124.366**	**114.020**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**-**	**(110.436)**	**136**	**4**	**(550)**	**1.722**

c) *Movimentação dos Investimentos*

	Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldos em 31.12.13
Participações	**11.328.398**	**91.050**	**1.913.508**	**(2.120.289)**	**8.743**	**(10.367.544)**	**853.866**
Subsidiárias integrais	**11.209.200**	**91.050**	**1.968.658**	**(2.120.289)**	**(2.786)**	**(10.367.544)**	**778.289**
A. Telecom	640.768	-	50.927	-	(36)	(691.659)	-
TData	305.335	20.000	258.763	(61.456)	1.731	253.916	778.289
TST	163.128	-	(52.915)	-	-	(110.213)	-
Vivo	10.040.496	-	1.740.186	(2.058.833)	(1.048)	(9.720.801)	-
GTR-T	1.861	-	1.129	-	-	(2.990)	-
Lemontree	11.404	50	(2.957)	-	-	(8.497)	-
CaTV	42.097	68.000	(31.383)	-	(3.078)	(75.636)	-
Sul Paraná	4.111	3.000	4.908	-	(355)	(11.664)	-
Entidades controladas em conjunto	**119.198**	**-**	**(55.150)**	**-**	**11.529**	**-**	**75.577**
Aliança	57.010	-	68	-	11.529	-	68.607
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
Ágios	**10.208.980**	-	-	-	-	**16.300**	**10.225.280**
Outras participações	**23.683**	**(148)**	**-**	**-**	**(13.465)**	**702**	**10.772**
Outros investimentos (a)	23.683	(148)	-	-	(13.465)	702	10.772
Total de investimentos na controladora	**21.561.061**	**90.902**	**1.913.508**	**(2.120.289)**	**(4.722)**	**(10.350.542)**	**11.089.918**
Aliança	57.010	-	68	-	11.529	-	68.607
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
Outros investimentos (a)	23.683	(148)	-	-	(13.465)	702	10.772
Total de investimentos no consolidado	**142.881**	**(148)**	**(55.150)**	**-**	**(1.936)**	**702**	**86.349**

	Saldos em 01.01.12	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	Outros movimentos	Saldos em 31.12.12 - Reapresentado
Participações	**10.001.448**	**244.291**	**3.995.228**	**(2.932.200)**	**22.871**	**-**	**(3.240)**	**11.328.398**
Subsidiárias integrais	**9.884.647**	**244.291**	**3.994.640**	**(2.928.743)**	**17.605**	**-**	**(3.240)**	**11.209.200**
A. Telecom	722.857	-	9.336	(91.353)	(72)	-	-	640.768
TData	198.555	210.000	(98.599)	-	(764)	-	(3.857)	305.335
TST	213.387	-	(51.195)	-	-	-	936	163.128
Vivo	8.685.946	-	4.173.983	(2.837.390)	17.957	-	-	10.040.496
GTR-T	2.073	776	(999)	-	-	-	11	1.861
Lemontree	19.681	2.877	(11.019)	-	-	-	(135)	11.404
CaTV	35.517	28.638	(22.536)	-	720	-	(242)	42.097
Sul Paraná	6.631	2.000	(4.331)	-	(236)	-	47	4.111
Entidades controladas em conjunto	**116.801**	**-**	**588**	**(3.457)**	**5.266**	**-**	**-**	**119.198**
Aliança	52.023	-	861	(1.140)	5.266	-	-	57.010
AIX	64.775	-	(275)	(2.317)	-	-	-	62.183
ACT	3	-	2	-	-	-	-	5
Ágios	**10.208.980**	-	-	-	-	-	-	**10.208.980**
Outras participações	**35.455**	**-**	**-**	**-**	**(5.068)**	**(6.704)**	**-**	**23.683**
Zon Multimédia – partic. Direta (b)	6.737	-	-	-	(33)	(6.704)	-	-
Outros investimentos (a)	28.718	-	-	-	(5.035)	-	-	23.683
Total de investimentos na controladora	**20.245.883**	**244.291**	**3.995.228**	**(2.932.200)**	**17.803**	**(6.704)**	**(3.240)**	**21.561.061**
Aliança	52.023	-	861	(1.140)	5.266	-	-	57.010
AIX	64.775	-	(275)	(2.317)	-	-	-	62.183
ACT	3	-	2	-	-	-	-	5
Total de investimentos no consolidado	**152.256**	**-**	**588**	**(3.457)**	**198**	**(6.704)**	**-**	**142.881**

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.
(b) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou sua participação societária na ZON (nota 2.2).

13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

13.a) Composição

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.544.122	(14.179.182)	2.364.940	16.551.351	(14.186.061)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	34.246.583	(25.814.277)	8.432.306	34.247.236	(25.814.693)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	10.732.328	(9.276.479)	1.455.849	10.763.473	(9.295.416)	1.468.057
Infraestrutura	12.949.046	(9.482.838)	3.466.208	12.959.925	(9.491.430)	3.468.495
Terrenos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558
Outros ativos imobilizados	3.181.239	(2.582.931)	598.308	3.277.142	(2.682.185)	594.957
Provisões para perda	(168.124)	-	(168.124)	(169.979)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.913.860	-	1.913.860	1.967.726	-	1.967.726
Total	**79.713.612**	**(61.335.707)**	**18.377.905**	**79.911.432**	**(61.469.785)**	**18.441.647**

Em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.688.628	(10.459.546)	1.229.082	15.517.041	(13.271.794)	2.245.247
Equipamentos e meios de transmissão	20.514.733	(16.165.541)	4.349.192	31.809.734	(24.528.539)	7.281.195
Equipamentos terminais/modens	5.293.989	(4.219.074)	1.074.915	9.883.913	(8.334.571)	1.549.342
Infraestrutura	8.304.113	(6.025.052)	2.279.061	12.756.034	(8.911.756)	3.844.278
Terrenos	217.526	-	217.526	316.673	-	316.673
Outros ativos imobilizados	1.478.246	(1.303.354)	174.892	3.919.579	(2.988.254)	931.325
Provisões para perda	(14.262)	-	(14.262)	(40.286)	-	(40.286)
Bens e instalações em andamento	709.857	-	709.857	1.476.370	-	1.476.370
Total	**48.192.830**	**(38.172.567)**	**10.020.263**	**75.639.058**	**(58.034.914)**	**17.604.144**

13.b) Movimentação

	Controladora						
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (d)	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
Equipamentos de comutação	1.229.082	30.595	(67)	355.370	(410.758)	1.160.718	2.364.940
Equipamentos e meios de transmissão	4.349.192	434.769	(13.900)	1.532.794	(972.295)	3.101.746	8.432.306
Equipamentos terminais/modens	1.074.915	441.337	-	303.778	(733.329)	369.148	1.455.849
Infraestrutura	2.279.061	44.490	(17.720)	309.568	(450.353)	1.301.162	3.466.208
Terrenos	217.526	-	(1.724)	-	-	98.756	314.558
Outros ativos imobilizados	174.892	107.222	(2.531)	24.375	(126.427)	420.777	598.308
Provisões para perda (b)	(14.262)	(5.475)	6.282	-	-	(154.669)	(168.124)
Bens e instalações em andamento	709.857	3.027.093	(8.314)	(2.580.684)	-	765.908	1.913.860
Total	**10.020.263**	**4.080.031**	**(37.974)**	**(54.799)**	**(2.693.162)**	**7.063.546**	**18.377.905**

	Controladora					
	Saldo em 01.01.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (d)	Saldo em 31.12.12
Equipamentos de comutação	1.241.120	40.660	(56)	202.097	(254.739)	1.229.082
Equipamentos e meios de transmissão	4.063.916	345.101	(12.568)	414.522	(461.779)	4.349.192
Equipamentos terminais/modens	963.829	654.597	(3.576)	4.837	(544.772)	1.074.915
Infraestrutura	2.407.039	12.907	(1.800)	124.296	(263.381)	2.279.061
Terrenos	220.199	-	(2.673)	-	-	217.526
Outros ativos imobilizados	227.221	3.324	(1.084)	9.276	(63.845)	174.892
Provisões para perda (b)	(17.467)	-	3.205	-	-	(14.262)
Bens e instalações em andamento	585.660	895.062	(12.175)	(758.690)	-	709.857
Total	**9.691.517**	**1.951.651**	**(30.727)**	**(3.662)**	**(1.588.516)**	**10.020.263**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (d)	Saldo em 31.12.13
Equipamentos de comutação	2.245.247	30.948	(101)	639.577	(550.381)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	7.281.195	514.314	(18.438)	2.100.099	(1.444.627)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	1.549.342	524.785	(920)	346.474	(951.624)	1.468.057
Infraestrutura	3.844.278	96.103	(24.883)	261.168	(708.171)	3.468.495
Terrenos	316.673	-	(2.115)	-	-	314.558
Outros ativos imobilizados	931.325	70.673	(2.531)	(244.040)	(160.470)	594.957
Provisões para perda (b)	(40.286)	(5.492)	9.560	(133.761)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.476.370	3.600.201	(10.025)	(3.098.820)	-	1.967.726
Total	**17.604.144**	**4.831.532**	**(49.453)**	**(129.303)**	**(3.815.273)**	**18.441.647**

	Consolidado					
	Saldo em 01.01.12	Adições	Baixas líquidas (a)	Transferências líquidas (c)	Depreciação (d)	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado
Equipamentos de comutação	1.951.085	59.238	(13.686)	706.768	(458.158)	2.245.247
Equipamentos e meios de transmissão	6.934.793	518.332	(41.124)	1.107.907	(1.238.713)	7.281.195
Equipamentos terminais/modens	1.547.030	1.084.718	(5.230)	(13.551)	(1.063.625)	1.549.342
Infraestrutura	4.232.294	41.601	(103.592)	392.099	(718.124)	3.844.278
Terrenos	320.302	-	(3.629)	-	-	316.673
Outros ativos imobilizados	855.593	217.069	(4.036)	59.586	(196.887)	931.325
Provisões para perda (b)	(23.435)	(2.025)	3.555	(18.381)	-	(40.286)
Bens e instalações em andamento	1.328.859	2.419.208	(14.834)	(2.256.863)	-	1.476.370
Total	**17.146.521**	**4.338.141**	**(182.576)**	**(22.435)**	**(3.675.507)**	**17.604.144**

(a) Os valores consolidados de baixas líquidas em 2012 incluem o montante de R$138.812, referente à alienação de torres e *rooftops* não estratégicos.

(b) A Companhia e Controlada reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(c) Os saldos remanescentes nas transferências de 2012, incluem R$18.773 de valores residuais das operações de vendas de torres e *rooftops* pendentes de transferência de risco e propriedade, que serão reconhecidos como baixas líquidas no momento do reconhecimento das respectivas receitas.

(d) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 25, 26 e 27.

13.c) Taxas de depreciação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos imobilizados consolidados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00
Equipamentos terminais/*modens*	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

A taxa anual média de depreciação foi de 14,70% em 2013 e 2012.

13.d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R$187.025 (R$235.847 em 31 de dezembro de 2012).

13.e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

13.f) Bens reversíveis

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$7.270.327 (R$6.911.508 em 31 de dezembro de 2012), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

14. INTANGÍVEL LÍQUIDO

14.a) Composição

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	19.273.769	15.730.850	19.277.779	19.780.417	19.824.167
Total	**19.273.769**	**15.730.850**	**29.503.059**	**30.005.697**	**30.049.447**

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012:

Ajato Telecomunicação Ltda.	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488
Total	**10.225.280**

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
(c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
(d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Part. ocorrida em 2011.

A seguir demonstramos a composição e movimentação de outros intangíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

14.b) Composição de Outros Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	10.458.207	(8.474.583)	1.983.624	10.494.388	(8.506.754)	1.987.634
Carteira de clientes	1.990.278	(631.836)	1.358.442	1.990.278	(631.836)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.601.433	(190.980)	1.410.453	1.601.433	(190.980)	1.410.453
Licença	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.690)	336	152.026	(151.690)	336
Softwares em andamento	46.348	-	46.348	46.348	-	46.348
Total	**31.487.087**	**(12.213.318)**	**19.273.769**	**31.523.268**	**(12.245.489)**	**19.277.779**

Em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.215.274	(2.652.564)	562.710	10.064.993	(8.157.989)	1.907.004
Carteira de clientes	1.990.278	(383.269)	1.607.009	2.114.561	(507.552)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.601.408	(106.767)	1.494.641	1.643.511	(148.870)	1.494.641
Licença	12.644.000	(580.000)	12.064.000	16.987.547	(2.275.703)	14.711.844
Outros ativos intangíveis	187.711	(185.221)	2.490	159.855	(150.978)	8.877
Softwares em andamento	-	-	-	51.042	-	51.042
Total	**19.638.671**	**(3.907.821)**	**15.730.850**	**31.021.509**	**(11.241.092)**	**19.780.417**

14.c) Movimentação de Outros Intangíveis

	Controladora						
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Amortização (b)	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
Softwares	562.710	339.126	(115)	259.737	(498.161)	1.320.327	1.983.624
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	-	(248.567)	-	1.358.442
Marcas e patentes	1.494.641	-	-	-	(84.188)	-	1.410.453
Licença	12.064.000	480.368	-	-	(611.002)	2.541.200	14.474.566
Outros ativos intangíveis	2.490	-	-	(216)	(588)	(1.350)	336
Softwares em andamento	-	94.412	-	(204.722)	-	156.658	46.348
Total	**15.730.850**	**913.906**	**(115)**	**54.799**	**(1.442.506)**	**4.016.835**	**19.273.769**

	Controladora				
	Saldo em 01.01.12	Adições	Transferências líquidas	Amortização (b)	Saldo em 31.12.12
Softwares	591.725	207.890	3.662	(240.567)	562.710
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	(255.822)	1.607.009
Marcas e patentes	1.578.846	-	-	(84.205)	1.494.641
Licença	12.528.000	-	-	(464.000)	12.064.000
Outros ativos intangíveis	3.996	-	-	(1.506)	2.490
Total	**16.565.398**	**207.890**	**3.662**	**(1.046.100)**	**15.730.850**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização (b)	Saldo em 31.12.13
Softwares	1.907.004	377.711	(127)	466.175	(763.129)	1.987.634
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	-	(248.567)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.494.641	-	-	-	(84.188)	1.410.453
Licença	14.711.844	483.249	-	-	(720.527)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	8.877	-	-	3.085	(11.626)	336
Softwares em andamento	51.042	335.263	-	(339.957)	-	46.348
Total	**19.780.417**	**1.196.223**	**(127)**	**129.303**	**(1.828.037)**	**19.277.779**

	Consolidado					
	Saldo em 01.01.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização (b)	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado
Softwares	1.872.472	498.774	(18)	313.237	(777.461)	1.907.004
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	-	(255.822)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.578.846	-	-	-	(84.205)	1.494.641
Licença	14.359.981	1.050.200	-	-	(698.337)	14.711.844
Outros ativos intangíveis	16.598	14	-	(7.291)	(444)	8.877
Softwares em andamento	133.439	227.572	-	(309.969)	-	51.042
Total	**19.824.167**	**1.776.560**	**(18)**	**(4.023)**	**(1.816.269)**	**19.780.417**

(a) Dos saldos consolidados remanescentes nas transferências de 2012, R$7.685 referem-se a transferência do Fundo de Comércio para despesas antecipadas e R$3.662 oriundo do imobilizado.
(b) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 25, 26 e 27.

14.d) Taxas de amortização

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Softwares	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00
Licenças	3,60 a 20,00
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00

A taxa anual média de amortização foi de 19,01% em 2013 e 2012.

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Salários e remunerações	20.384	34.771	21.124	38.640	40.651
Encargos e benefícios sociais	226.448	81.576	228.099	204.675	223.262
Participação de empregados nos resultados	180.235	89.433	182.180	172.937	214.983
Planos de remuneração baseados em ações (a)	18.698	13.179	18.698	13.224	15.160
Outros	-	-	-	-	16.631
Total	**445.765**	**218.959**	**450.101**	**429.476**	**510.687**
Circulante	427.067	205.780	431.403	416.252	495.527
Não circulante	18.698	13.179	18.698	13.224	15.160

(a) Os montantes do passivo não circulante referem-se aos saldos dos planos de remuneração de ações, nota 34.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Fornecedores diversos	6.050.031	1.741.088	6.328.081	5.205.202	5.378.066
Valores a repassar	473.550	93.239	160.552	151.809	146.437
Interconexão / Interligação	425.376	356.720	425.376	532.057	513.646
Total	**6.948.957**	**2.191.047**	**6.914.009**	**5.889.068**	**6.038.149**

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Tributos sobre a renda	**846**	-	**22.893**	**243.399**	**129.452**
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	846	-	22.893	243.399	129.452
Tributos indiretos	**1.320.511**	**559.112**	**1.367.345**	**2.026.600**	**1.995.356**
ICMS (b)	992.600	405.103	992.813	1.534.750	1.585.884
PIS e COFINS	195.660	135.006	235.573	362.911	319.885
Fust e Funttel	35.982	11.886	35.982	34.853	38.306
ISS, CIDE e outros tributos	96.269	7.117	102.977	94.086	51.281
Total	**1.321.357**	**559.112**	**1.390.238**	**2.269.999**	**2.124.808**
Circulante	1.269.105	529.055	1.315.164	1.781.250	1.691.737
Não circulante	52.252	30.057	75.074	488.749	433.071

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
(b) Em 31 de dezembro de 2012, a parcela do passivo não circulante, inclui o valor de R$437.295, referente ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, referente à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49° mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA). Em dezembro de 2013, a Companhia quitou esse passivo junto ao Governo do Estado do Paraná para os valores devidos até setembro de 2013.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E DEBÊNTURES

18.1 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

Em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na nota 1b, a Companhia passou a responder pelos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro que antes pertenciam às sociedades incorporadas.

	Informações em 31 de dezembro de 2013			Controladora		Consolidado		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0% a 9%	15/06/20	2.441.897	988.833	2.441.897	2.911.854	3.063.238
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	505.525	-	505.525	455.296	194.276
Financiamento – BNDES	R$	2,5% a 8,7%	15/01/21	171.683	1.957	171.683	173.793	155.011
Empréstimo – Mediocrédito	US$	1,75%	02/02/14	3.547	9.310	3.547	9.310	14.027
Empréstimo – Resolução 4131	US$			-	326.263	-	326.263	282.205
Empréstimos – BEI	US$	4,18% a 4,47%	02/03/15	885.176	-	885.176	795.601	707.975
Financiamento – BNB	R$	10,00%	30/10/16	224.958	-	224.958	338.610	438.279
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	276	-	276	241	221
Financiamento - Leasing	R$			-	-	-	356	726
Arrendamento Financeiro	R$		31/08/33	218.878	12.430	218.878	33.259	21.067
Capital de giro	R$			-	-	-	-	91.570
Total				**4.451.940**	**1.338.793**	**4.451.940**	**5.044.583**	**4.968.595**
Circulante				1.236.784	756.371	1.236.784	1.270.122	1.000.082
Não circulante				3.215.156	582.422	3.215.156	3.774.461	3.968.513

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Empréstimos e Financiamentos

<u>Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES</u>

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

- Em agosto de 2007, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R$3.031.110, readequada em 2013 para R$2.152.098 para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. Os recursos desta linha são destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

  O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

  Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2013 de R$19.950 (R$18.322 em 31 de dezembro de 2012).

  Até 31 de dezembro de 2013 foram liberados R$2.059.717 (R$1.802.113 até 31 de dezembro de 2012).

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), junto ao BNDES no valor de até R$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R$184.489 e o saldo remanescente de R$135.438 foi cancelado.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2013 de R$18.745 (R$23.876 em 31 de dezembro de 2012).

- Com o processo de conferência de acervo patrimonial, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R$23.234 em 31 de dezembro de 2013 (R$26.825 em 31 de dezembro de 2012).

- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a CaTV e Sul Paraná (sociedades incorporadas pela TST em 1º de julho de 2013, que posteriormente foi incorporada pela Companhia) no valor total de R$41.950 junto ao BNDES. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R$9.493 junto ao BNDES, prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de dezembro de 2013 foram liberados R$51.443 (R$41.950 em 31 de dezembro de 2012). Estas operações se enquadram no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), e as subvenções concedidas pelo BNDES, ajustadas a valor presente, resultaram em 31 de dezembro de 2013 em R$1.858 (R$2.404 em 31 de dezembro de 2012).

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$1.720 (R$1.946 em 31 de dezembro de 2012). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 31 de dezembro de 2013 em R$287 (R$331 em 31 de dezembro de 2012).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento junto ao BNDES para a Companhia e para a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) nos montantes de R$21.783 e R$331.698, respectivamente, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de dezembro de 2013, foram liberados R$18.184.

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento junto ao BNDES para a Companhia no montante de R$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de dezembro de 2013, foram liberados R$4.030.

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2013 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

- Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

- Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro; ii) aluguel de equipamentos de informática e; iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

O saldo consolidado dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

	Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Valor presente dos valores a pagar	646.159	51.025	23.920
Despesa financeira não realizada	(427.281)	(17.766)	(2.853)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	**218.878**	**33.259**	**21.067**
Circulante	19.342	14.799	11.669
Não circulante	199.536	18.460	9.398

O cronograma consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Consolidado	
	Investimento bruto	Valor presente
Até um ano	23.254	19.342
Mais de um ano até cinco anos	93.434	66.143
Mais de cinco anos	529.471	133.393
Total	**646.159**	**218.878**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

18.2 – Debêntures

	Informações em 31 de dezembro de 2013			Controladora/Consolidado		
	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R$			-	-	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R$	106,00% a 106,8% do CDI	15/10/15	748.233	744.678	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R$	IPCA+7,00%	15/10/14	95.351	96.249	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R$	IPCA+0,50%	05/07/21	76.722	72.137	67.935
Debêntures (3ª emissão)	R$	100,00% do CDI + 0,75%	10/09/17	2.060.444	2.044.674	-
Debêntures (4ª emissão)	R$	100,00% do CDI + 0,68%	25/04/18	1.322.900	-	-
Custo de emissões	R$			(2.035)	(1.833)	(1.981)
Total				**4.301.615**	**2.955.905**	**1.256.431**
Circulante				286.929	702.215	468.624
Não circulante				4.014.686	2.253.690	787.807

<u>Captação pela Vivo Part. (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de outubro de 2011) – 4ª Emissão</u>

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R$600 milhões, acrescida de R$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "*Bookbuilding*".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 era de R$55 (R$840 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R$98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1º série da 4º emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R$843.584 (R$840.927 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, sociedade incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) – 1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R$76.722 (R$72.137 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia – 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de dezembro de 2013 era de R$780 (R$993 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R$2.060.444 (R$2.044.674 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia – 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R$ 1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 (cento e trinta mil) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R$10.000,00 (dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de dezembro de 2013 eram de R$1.200.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R$1.322.900.

18.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 31 de dezembro de 2013 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado
2015	1.959.575
2016	515.158
2017	2.472.089
2018	1.807.763
2019	328.615
2020 em diante	146.642
Total	**7.229.842**

18.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$2.943.462 (R$3.360.866 em 31 de dezembro de 2012). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 1, 2 e 3, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2013 era de R$843.530 (R$840.087 em 31 de dezembro de 2012), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2013 era de R$2.059.664 (R$2.043.681 em 31 de dezembro de 2012), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2013 era de R$1.321.700, possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (sociedade incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$76.722 (R$72.137 em 31 de dezembro de 2012), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 18.1 e 18.2, respectivamente, possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

18.5 - Garantias

Em 31 de dezembro de 2013, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R$1.858.247 (URTJLP) R$505.525 (UMBND) R$171.683 (PSI)	• Contrato (2007) R$205.756: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R$171.683: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R$2.158.016: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
Banco Europeu de Investimento – BEI	R$885.176	• Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R$224.958	• Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência.

18.6 – Movimentação

A seguir, aprestamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro.

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro
Saldo em 01.01.12	**1.788.682**	**1.256.431**	**21.067**	**4.947.528**	**1.256.431**	**21.067**
Ingressos	-	2.000.000	-	815.825	2.000.000	21.227
Encargos financeiros	130.433	134.332	9.284	417.246	134.332	9.305
Atualização monetária e cambial	25.966	8.313	-	105.617	8.313	-
Baixas (pagamentos)	(618.718)	(443.171)	(17.921)	(1.274.892)	(443.171)	(18.340)
Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	**1.326.363**	**2.955.905**	**12.430**	**5.011.324**	**2.955.905**	**33.259**
Ingressos	271.138	1.940.000	204.821	289.134	1.940.000	204.821
Encargos financeiros	172.407	318.571	(1.833)	279.734	318.571	(1.770)
Atualização monetária e cambial	97.310	9.097	-	195.311	9.097	-
Baixas (pagamentos)	(1.194.746)	(921.958)	(16.175)	(1.542.441)	(921.958)	(17.432)
Cisão/incorporação em 01.07.13	3.560.590	-	19.635	-	-	-
Saldo em 31.12.13	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Vivo	-	390.747	-	-	-
AIX	-	-	-	-	772
Aliança	1.140	1.140	1.140	1.140	-
TData	59.206	-	-	-	-
ATelecom	-	2.218	-	-	-
Total	**60.346**	**394.105**	**1.140**	**1.140**	**772**

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	**172.679**	-
Dividendos complementares de 2011	814.525	-
Dividendos e JSCP líquidos de IRRF	2.049.125	1.140
Recebimentos de dividendos e JSCP	(2.642.224)	-
Saldo em 31.12.12 - Consolidado Reapresentado	**394.105**	**1.140**
Dividendos complementares de 2012	1.841.833	-
Dividendos e JSCP líquidos de IRRF	243.656	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.320.449)	-
Incorporação / Cisão em 01.07.13	(1.098.799)	-
Saldo em 31.12.13	**60.346**	**1.140**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Telefónica Internacional S.A.	192.990	-	156.589
SP Telecomunicações Participações Ltda	121.135	-	126.283
Telefónica S.A.	159.590	-	129.489
Telefónica Chile S.A.	382	-	310
Acionistas não controladores	713.459	467.831	560.315
Total	**1.187.556**	**467.831**	**972.986**

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 01.01.12	**972.986**
Dividendos complementares de 2011	1.953.029
Dividendos intermediários	1.122.522
Prescrição de dividendos e JSCP	(89.692)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.493.997)
Outros movimentos	2.983
Saldo em 31.12.12	**467.831**
Dividendos complementares de 2012	3.148.769
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	2.223.300
Prescrição de dividendos e JSCP	(116.825)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.535.519)
Saldo em 31.12.13	**1.187.556**

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

20. PROVISÕES

a) Composição/Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desimobilização (b)	Total
Saldos em 31.12.11	**425.486**	**1.146.930**	**490.823**	**256.044**	**13.657**	**2.332.940**
Ingressos	204.996	100.562	124.999	766	11.472	442.795
Baixas por reversão	(27.353)	(242)	(67.053)	-	(194)	(94.842)
Baixas por pagamento	(22.420)	-	(29.307)	-	-	(51.727)
Atualização monetária	18.024	88.821	48.763	7.710	-	163.318
Saldos em 31.12.12	**598.733**	**1.336.071**	**568.225**	**264.520**	**24.935**	**2.792.484**
Ingressos	378.177	79.735	222.633	-	15.236	695.781
Baixas por pagamento	(67.952)	(77.105)	(74.176)	-	-	(219.233)
Baixas por reversão	(81.507)	(23.817)	(75.127)	(6.127)	(11.967)	(198.545)
Atualização monetária	32.856	114.097	77.729	17.284	-	241.966
Incorporação /Cisão em 01.07.13	127.873	704.953	251.119	-	207.794	1.291.739
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.133.934**	**970.403**	**275.677**	**235.998**	**4.604.192**
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.133.934	501.712	275.677	235.998	4.042.789

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desimobilização (b)	Total
Saldos em 01.01.12	**526.210**	**1.606.571**	**664.703**	**256.044**	**200.813**	**3.254.341**
Ingressos	238.830	230.984	244.595	766	21.484	736.659
Baixas por pagamento	(37.946)	(1.665)	(109.356)	-	-	(148.967)
Baixas por reversão	(28.383)	(7.815)	(67.843)	-	(7.853)	(111.894)
Atualização monetária	18.536	123.975	63.195	7.710	6.872	220.288
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	**717.247**	**1.952.050**	**795.294**	**264.520**	**221.316**	**3.950.427**
Ingressos	401.908	198.478	296.175	-	31.404	927.965
Baixas por pagamento	(77.137)	(97.177)	(102.948)	-	-	(277.262)
Baixas por reversão	(86.959)	(43.207)	(99.496)	(6.127)	(11.967)	(247.756)
Atualização monetária	33.121	138.656	81.378	17.284	-	270.439
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.148.800**	**970.403**	**275.677**	**240.753**	**4.623.813**
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.148.800	501.712	275.677	240.753	4.062.410

(a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011.

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a Controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e Controlada, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

20.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Natureza/Grau de Risco				
Provisões prováveis	988.180	598.733	988.180	717.247
Contingências possíveis	313.536	61.756	313.536	274.156

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Civis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

20.2 Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado - Reapresentado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Natureza/Grau de Risco				
Provisões prováveis	2.133.934	1.336.071	2.148.800	1.952.050
Federais	2.027.232	1.323.434	2.042.098	1.860.803
Estaduais	91.923	36	91.923	67.426
Municipais	14.779	12.601	14.779	23.821
Contingências possíveis	16.080.392	6.955.316	16.246.407	13.738.155
Federais	3.904.297	1.430.670	3.913.929	3.146.736
Estaduais	7.007.705	4.014.790	7.088.859	5.870.365
Municipais	579.556	383.397	580.853	544.323
Anatel	4.588.834	1.126.459	4.662.766	4.176.731

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantinham discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) TFI/TFF sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e Controlada; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL).

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$2.042.098 (R$1.860.803 em 31 de dezembro de 2012).

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) ICMS sobre assinatura de TV; e (v) multa administrativa ambiental.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$91.923 (R$67.426 em 31 de dezembro de 2012).

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável.

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$14.779 (R$23.821 em 31 de dezembro de 2012).

Contingências tributárias possíveis

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (iii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iv) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) PIS incidente sobre *roaming*; (vi) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (vii) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (viii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (ix) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (x) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (xi) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xii) IRPJ sobre operações com derivativos; (xiii) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH; e (xiv) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$3.913.929 (R$3.146.736 em 31 de dezembro de 2012).

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *moden* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) ICMS sobre consumo próprio; (xxi) ICMS sobre isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos**.**

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$7.088.859 (R$5.870.365 em 31 de dezembro de 2012).

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefónica Internacional (TISA); (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$580.853 (R$544.323 em 31 de dezembro de 2012).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$2.185.034 (R$1.970.800 em 31 de dezembro de 2012).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e Controlada mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instancia administrativa e 2ª instancia judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$664.386 (R$614.314 em 31 de dezembro de 2012).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores consolidados envolvidos totalizavam R$1.811.104 (R$1.589.479 em 31 de dezembro de 2012), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor consolidado envolvido totalizava R$2.242 (R$2.138 em 31 de dezembro de 2012).

20.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Natureza/Grau de Risco				
Provisões prováveis	970.403	568.225	970.403	795.294
Cíveis	599.868	303.187	599.868	487.620
Regulatórias	370.535	265.038	370.535	307.674
Contingências possíveis	3.366.707	2.012.725	3.366.707	2.656.850
Cíveis	1.681.450	887.218	1.681.450	1.491.862
Regulatórias	1.685.257	1.125.507	1.685.257	1.164.988

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável em 31 de dezembro de 2013 foi provisionado o montante consolidado de R$37.191 (R$31.260 em 31 de dezembro de 2012).

- A Companhia é parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia, também figura como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2013, foi provisionado o montante consolidado de R$469.149 (R$377.649 em 31 de dezembro de 2012).

- A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de pagamentos para ações semelhantes. Em 31 de dezembro de 2013, foi provisionado o montante consolidado de R$93.528 (R$78.711 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões regulatórias prováveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 31 de dezembro de 2013 no montante consolidado de R$370.535 (R$307.674 em 31 de dezembro de 2012).

Contingências cíveis possíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R$281.059 (R$236.236 em 31 de dezembro de 2012). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase recursal, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Civis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Publico foi de R$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante consolidado de R$1.383.932 (R$1.236.312 em 31 de dezembro de 2012) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.

- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 31 de dezembro de 2013 um montante consolidado de R$16.459 (R$19.314 em 31 de dezembro de 2012) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

  Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo especifico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias possíveis

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível em 31 de dezembro de 2013 no montante consolidado de R$1.685.257 (R$1.164.988 em 31 de dezembro de 2012).

- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

  Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

  Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

  No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

- Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e inciso V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes *(price squeeze)*. Em 7 de novembro de 2012, o Ministério Público Federal proferiu parecer nos mesmos termos da nota da SDE e, em 12 de março de 2013, a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) proferiu parecer pelo arquivamento de todas as acusações.

Em 11 de setembro de 2013, o CADE, por unanimidade, concluiu pela inexistência de práticas *price squeeze* e cartel e arquivou o processo.

20.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	187.025	4.327.749	2.235.430	187.025	4.352.520	2.263.773
Total	**187.025**	**4.327.749**	**2.235.430**	**187.025**	**4.352.520**	**2.263.773**

Em 31 de dezembro de 2013, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R$46.451 (R$49.728 em 31 de dezembro de 2012).

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Receita de habilitação (a)	114.503	89.367	120.521	89.367	98.464
Serviços e mercadorias (b)	673.810	-	673.810	596.907	647.629
Alienação de ativos imobilizados (c)	123.063	-	123.063	171.174	-
Subvenções governamentais (d)	40.840	331	40.840	44.933	53.202
Programa de fidelização (e)	91.763	-	91.763	82.848	68.821
Doações de equipamentos (f)	11.076	-	11.076	16.235	22.638
Outras receitas	10.139	19.067	10.139	36.471	26.780
Total	**1.065.194**	**108.765**	**1.071.212**	**1.037.935**	**917.534**
Circulante	812.843	69.743	817.551	734.573	761.268
Não circulante	252.351	39.022	253.661	303.362	156.266

a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado	01.01.12
Retenções de terceiros	231.784	56.929	236.510	139.120	252.771
Valores a restituir a assinantes	52.418	38.742	56.746	45.627	59.265
Obrigações com partes relacionadas	257.519	110.741	105.164	57.348	71.452
Ônus de renovação de licenças	154.211	83.991	154.211	194.441	44.296
Mútuo assunção de dívida e parcelamento	-	-	-	-	21.587
Outros credores	50.916	30.570	56.275	38.674	47.543
Total	**746.848**	**320.973**	**608.906**	**475.210**	**496.914**
Circulante	602.195	298.476	487.994	364.618	454.898
Não circulante	144.653	22.497	120.912	110.592	42.016

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Telefónica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,52%	330.567.016	29,37%
Telefónica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%
Telefónica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%
Total de empresas do grupo	**350.127.371**	**91,76%**	**480.624.588**	**64,60%**	**830.751.959**	**73,81%**
Outros acionistas	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%
Total de ações	**381.587.111**	**100,00%**	**744.014.819**	**100,00%**	**1.125.601.930**	**100,00%**
Ações em circulação	**381.335.671**		**741.933.573**		**1.123.269.244**	
Valor Patrimonial por ação em circulação						
Em 31 de dezembro de 2013					38,19	
Em 31 de dezembro de 2012					39,78	

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n° 6.404/76.

b. Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR resultou no montante de R$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R$70.448.

c. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R$63.074.

Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R$112.107.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra teve início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

d. Reservas de Lucro

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 era de R$1.285.797 (R$1.100.000 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva para Incentivos Fiscais

Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei n° 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 era de R$1.699.

e. Dividendos Intermediários e Propostos

Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R$1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013.

Em 16 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos referentes ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2012 no montante de R$1.498.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013.

Em 19 de agosto e 19 de setembro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários nos montantes totais brutos de R$440.000 (R$374.000 líquidos de imposto de renda retido na fonte) em cada destinação, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de agosto e 30 de setembro de 2013, respectivamente.

Em 18 de outubro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediário bruto de R$538.000 (R$457.300 líquidos de imposto de renda retido na fonte). Nesta mesma data, foi aprovada também a destinação de dividendos intermediários de R$746.000. Estes juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários foram apurados com base no lucro gerado no balanço de 30 de junho de 2013, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2013. Estas destinações foram efetuadas aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 31 de outubro de 2013.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio intermediário no montante bruto de R$760.000 (R$646.000 líquidos de imposto de renda retido na fonte) aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de dezembro de 2013.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2013 e 2012:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	3.715.945	4.453.573
Apropriação à reserva legal	(185.797)	(222.678)
Total	**3.530.148**	**4.230.895**
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(1.699)	-
Lucro líquido ajustado	**3.528.449**	**4.230.895**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	882.112	1.057.724
Dividendos e JSCP distribuídos no ano (a):		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	1.738.000	-
Dividendos Intermediários	746.000	1.122.522
Lucro disponível para distribuição	**1.044.449**	**3.108.373**
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	116.825	89.692
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos e outros movimentos	14.264	(49.296)
Dividendo adicional proposto	**1.175.538**	**3.148.769**

Valores por ação (a)	Reais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em agosto de 2013	187.000	0,156163	0,171779
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em setembro de 2013	187.000	0,156163	0,171779
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em novembro de 2013	457.300	0,381890	0,420079
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em dezembro de 2013	646.000	0,539474	0,593421
Dividendos intermediários declarados em outubro de 2013	746.000	0,622983	0,685282
Dividendos intermediários declarados em novembro de 2012	1.122.522	0,937417	1,031158

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2013: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ainda não destinados, no montante de R$1.044.449, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2013 no montante de R$116.825 e outros resultados abrangentes no montante de R$14.264 que totalizam o valor de R$1.175.538, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio liquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2012: Em 16 de abril de 2013, a AGO aprovou a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ainda não destinados, no montante de R$3.108.373, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2012 no montante de R$89.692 e menos outros resultados abrangentes no montante de R$(49.296) que totalizam o valor de R$3.148.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013.

	Reais	Ordinárias	Preferenciais (1)
2013 - Total proposto para deliberação – por ação	1.175.538	0,981691	1,079860
2012 - Total proposto para deliberação – por ação	3.148.769	2,629533	2,892487

[1] 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Juros Sobre o Capital Próprio

Por proposta da Administração, no exercício de 2013 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei nº 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2013
Juros sobre o capital próprio bruto	1.738.000
Ações ordinárias	553.471
Ações preferenciais	1.184.529
Imposto de renda retido na fonte	(260.700)
Juros sobre o capital próprio líquido	**1.477.300**

Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Dividendos Prescritos

Prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A Companhia reverte o valor de dividendos prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de (R$2.658) e (R$6.230 em 31 de dezembro de 2012).

Operações com derivativos: Refere-se a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$6.610 (R$10.190 em 31 de dezembro de 2012).

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$12.897 (R$1.372 em 31 de dezembro de 2012).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**9.884**	**1.995**	**(4.359)**	**7.520**
Variação cambial	-	-	5.731	5.731
Contratos de futuros	-	8.195	-	8.195
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(3.654)	-	-	(3.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**6.230**	**10.190**	**1.372**	**17.792**
Variação cambial	-	-	11.525	11.525
Contratos de futuros	-	(3.580)	-	(3.580)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(8.888)	-	-	(8.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(2.658)**	**6.610**	**12.897**	**16.849**

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Serviço de telefonia	18.852.873	11.851.611	26.428.677	26.555.103
Uso de rede	2.508.235	1.061.907	3.820.048	4.453.340
Dados e SVAs	10.290.965	5.197.580	16.294.856	14.389.812
Serviços de TV por assinatura	293.837	-	644.968	805.319
Outros serviços (a)	910.373	749.370	1.297.277	1.268.452
Venda de mercadorias e aparelhos	1.572.756	-	3.479.786	2.792.611
Receita operacional bruta	**34.429.039**	**18.860.468**	**51.965.612**	**50.264.637**
Tributos	(7.830.606)	(4.263.412)	(12.373.913)	(12.146.809)
Descontos e devoluções	(3.409.172)	(1.713.515)	(4.869.802)	(4.198.172)
Deduções da receita operacional bruta	**(11.239.778)**	**(5.976.927)**	**(17.243.715)**	**(16.344.981)**
Receita operacional líquida	**23.189.261**	**12.883.541**	**34.721.897**	**33.919.656**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de R$73.391 e R$44.758, respectivamente (nota 25).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(3.182.369)	(2.101.974)	(4.265.113)	(4.131.768)
Pessoal	(392.830)	(250.516)	(522.085)	(459.707)
Interconexão e uso de rede	(3.601.780)	(3.291.793)	(3.842.326)	(4.012.046)
Serviços de terceiros	(2.377.795)	(1.646.299)	(3.581.735)	(3.286.832)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a) (b)	(966.981)	(124.697)	(1.428.040)	(969.262)
Impostos, taxas e contribuições	(935.897)	(253.362)	(1.721.434)	(1.809.640)
Outros	(35.383)	(47.912)	(63.535)	(86.297)
Total de custos dos serviços prestados	**(11.493.035)**	**(7.716.553)**	**(15.424.268)**	**(14.755.552)**
Custo das mercadorias vendidas	**(959.212)**	-	**(2.117.899)**	**(1.801.892)**
Total	**(12.452.247)**	**(7.716.553)**	**(17.542.167)**	**(16.557.444)**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de R$73.391 e R$44.758, respectivamente (nota 24).

(b) Em 2012, a Companhia reverteu provisão junto ao Departamento de Estradas de Rodagens (DER) referente ao uso de faixas de domínio em rodovias no montante de R$244.462, por entender ser remoto um desembolso referente a este tema.

26. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(676.235)	(475.122)	(862.146)	(927.874)
Pessoal	(940.628)	(446.834)	(1.397.550)	(1.321.397)
Serviços de terceiros	(3.820.073)	(1.687.623)	(5.559.200)	(4.625.735)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 6)	(480.373)	(267.453)	(741.274)	(654.273)
Aluguéis/seguros/condomínio	(72.307)	(10.664)	(130.466)	(119.300)
Publicidade e propaganda	(518.319)	(164.022)	(837.801)	(867.364)
Outros	(83.469)	(43.116)	(157.733)	(177.753)
Total	**(6.591.404)**	**(3.094.834)**	**(9.686.170)**	**(8.693.696)**

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(277.064)	(57.520)	(516.051)	(432.134)
Pessoal	(394.147)	(270.665)	(612.313)	(621.946)
Serviços de terceiros	(484.903)	(336.896)	(804.556)	(831.592)
Aluguéis/seguros/condomínios e outros gastos	(157.251)	(30.743)	(244.971)	(259.636)
Total	**(1.313.365)**	**(695.824)**	**(2.177.891)**	**(2.145.308)**

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Multas e despesas recuperadas	224.978	170.767	327.724	380.553
Provisões desimobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(734.596)	(575.487)	(830.190)	(769.754)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	54.649	67.435	124.142	1.100.256
Outras receitas (despesas)	24.237	10.588	(5.071)	(23.343)
Total	**(430.732)**	**(326.697)**	**(383.395)**	**687.712**
Outras receitas operacionais	379.922	355.107	575.959	1.870.995
Outras despesas operacionais	(810.654)	(681.804)	(959.354)	(1.183.283)
Total	**(430.732)**	**(326.697)**	**(383.395)**	**687.712**

(a) Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia alienou um total de 93 e 4.404 torres de transmissão/*rooftops* não estratégicos por um total de R$33.816 e R$1.185.101 (líquido dos valores residuais), respectivamente. Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres/*rooftops* alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador nas operações de 2012. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 21).

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	489.662	106.415	625.506	313.258
Ganho com operações de derivativos	304.014	93.069	454.828	345.412
Juros ativos	108.006	146.806	193.264	187.179
Variações monetárias/cambiais ativas	241.627	166.864	307.650	345.698
Outras receitas financeiras	99.800	21.632	167.029	89.558
	1.243.109	**534.786**	**1.748.277**	**1.281.105**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(666.100)	(354.919)	(825.621)	(690.979)
Perdas com operações de derivativos	(269.793)	(65.592)	(350.100)	(230.216)
Variações monetárias/cambiais passivas	(415.421)	(164.420)	(580.386)	(409.907)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio recebidos	(21.461)	(42.273)	(21.461)	(42.273)
Outras despesas financeiras	(139.403)	(50.274)	(185.469)	(198.994)
	(1.512.178)	**(677.478)**	**(1.963.037)**	**(1.572.369)**
Resultado financeiro, líquido	**(269.069)**	**(142.692)**	**(214.760)**	**(291.264)**

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e Controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Lucro antes dos tributos	4.045.952	4.902.169	4.662.364	6.920.244
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.375.624)	(1.666.737)	(1.585.204)	(2.352.883)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	571.713	1.202.998	(22.684)	200
Dividendos prescritos	(9.241)	(30.495)	(9.241)	(30.495)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e juros sobre o capital próprio recebidos	(50.733)	(2.817)	(118.479)	(68.052)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	255.778	-
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(24.939)	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio recebidos	590.920	-	590.920	-
Outras (adições) exclusões	(57.042)	48.455	(32.570)	(16.833)
Despesa tributária	**(330.007)**	**(448.596)**	**(946.419)**	**(2.468.063)**
Taxa efetiva	8%	9%	20%	36%
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(616.895)	(1.627.439)
IRPJ e CSLL diferido	(330.007)	(448.596)	(329.524)	(840.624)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	3.715.945	4.453.573
Ordinárias	1.183.354	1.418.011
Preferenciais	2.532.591	3.035.562
Número de Ações:	1.123.269	1.123.463
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.336	381.338
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	741.933	742.125
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	3,10	3,72
Ações preferenciais	3,41	4,09

32. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

32.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefónica;

b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de *call center*: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de *call center* e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do *call center* para a Atento Brasil, Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

c) Serviços de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, *back-office* e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil (sociedade pertencente ao Grupo Telefónica até 2012);

d) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latino América e Telefónica Del Peru;

e) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latino América;

f) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;

g) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

h) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefónica Global Tecnology;

i) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica Usa;

j) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;

k) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;

l) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;

m) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica Usa;

n) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

o) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

p) Brand Fee: cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;

q) Plano de ações: plano de ações aos empregados com a empresa Telefónica; e
r) Reembolso de gastos referentes ao negócio digital para a Telefónica Internacional.

Para as transações acima, os preços praticados e demais condições comerciais são acordados em contratos entre as partes.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.13			31.12.12		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	o)	28	183	6.717	1	19	545
Telefónica Internacional	o)	-	154	38.386	-	149	17.393
Telefónica	o) / q)	-	1.361	179	-	54	137
		28	**1.698**	**45.282**	**1**	**222**	**18.075**
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	m)	2.612	-	-	1.925	-	-
Telefónica Chile	n)	-	4.808	-	5.160	-	106
Telefónica de España	n)	230	-	-	2.476	-	-
Telefónica Peru	d) / n)	1.573	-	-	1.764	3.216	236
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / g) / o)	1.320	1.903	472	556	1.915	293
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / o)	6.966	139	344	641	218	22
Telefónica International Wholesale Services Espanha	m)	48.267	-	-	7.072	-	-
Telefónica Moviles España	n)	6.335	-	-	3.239	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / o)	2.579	15.284	2.837	1.770	15.605	1.009
Telefônica Transportes e Logistica	a) / b) / g) / o)	530	146	64	206	102	7
Terra Networks Brasil	a) / g) / o)	2.561	5.682	106	3.286	6.054	13
Outras	a) / g) / n)	25.352	5.372	13.611	12.926	10.701	357
		98.325	**33.334**	**17.434**	**41.021**	**37.811**	**2.043**
Total		**98.353**	**35.032**	**62.716**	**41.022**	**38.033**	**20.118**

		Balanço Patrimonial - Passivo					
		31.12.13			31.12.12		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	g) / o)	50.120	-	6.483	2.685	4.028	4.689
Telefónica Internacional	o) / r)	214.523	-	-	601	1.086	-
Telefónica	p)	1.772	84.754	2.035	3.168	35.162	-
		266.415	**84.754**	**8.518**	**6.454**	**40.276**	**4.689**
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	i)	716	31	121	1.051	6.680	106
Telefónica Chile	n)	-	-	-	1.577	-	-
Telefónica de España	n)	441	-	-	2.158	-	-
Telefónica Peru	n)	-	-	-	49	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	f)	3.550	-	8	3.828	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	i)	75.485	-	391	68.552	-	305
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i) / n)	17.842	9.986	-	869	2.342	-
Telefónica Moviles España	n)	5.468	-	-	4.196	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	j) / o)	11.701	36	-	17.783	36	1.521
Telefônica Transportes e Logistica	k)	25.163	1	270	32.648	272	165
Terra Networks Brasil	l)	883	-	266	1.366	19	291
Outras	e) / h) / n)	49.281	146	636	15.096	522	116
		190.530	**10.200**	**1.692**	**149.173**	**9.871**	**2.512**
Total		**456.945**	**94.954**	**10.210**	**155.627**	**50.147**	**7.201**

		Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)			
		2013		2012	
Empresas	Natureza da transação	Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	g) / o)	-	(41.366)	-	(12.639)
Telefónica Internacional	o) / r)	750	(182.481)	43.211	-
Telefónica	o) / p)	469	(300.843)	3.691	(142.791)
		1.219	**(524.690)**	**46.902**	**(155.430)**
Outras empresas do grupo					
Atento Brasil	a) / b) / c)	-	-	50.580	(979.672)
Telefónica Usa	i) / m)	1.502	(3.920)	3.318	(7.832)
Telefónica Chile	n)	1.181	-	-	-
Telefónica de España	n)	804	(1.857)	4.585	(3.736)
Telefónica Del Peru	d) / n)	92	(60)	3.844	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / f) / g) / o)	2.463	(7.882)	2.374	(7.077)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / i) / o)	9.078	(200.988)	8.725	(120.876)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i) / m) / n)	49.937	(33.532)	20.476	(13.917)
Telefónica Moviles España	n)	3.244	(4.573)	-	(4.841)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / j) / o)	5.221	(80.881)	6.125	(97.665)
Telefônica Transportes e Logistica	a) / b) / g) / k) / o)	1.121	(88.248)	1.078	(86.710)
Terra Networks Brasil	a) / g) / l) / o)	3.875	(579)	7.317	(4.448)
Outras	a) / e) / g) / h) / n)	18.546	(50.234)	8.590	(5.526)
		97.064	**(472.754)**	**117.012**	**(1.332.300)**
Total		**98.283**	**(997.444)**	**163.914**	**(1.487.730)**

32.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi de aproximadamente R$32.436 e R$21.586, respectivamente. Destes montantes, R$28.022 (R$16.856 em 31 de dezembro de 2012) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$4.414 (R$4.730 em 31 de dezembro de 2012) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (notas 25, 26 e 27).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

33. SEGUROS

A política da Companhia e Controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.211.400
Responsabilidade civil geral (RCG)	21.160

34. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e TData.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* (PSP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A, e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2011, 2012 e 2013 ocorreram os vencimentos do terceiro, quarto e quinto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefônica Brasil e Controlada:

Ciclos	Quantidade de ações	Valor unitário em Euros	Data da finalização
3° ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4° ciclo 1º de julho de 2009	169.323	8,41	30 de junho de 2012
5° ciclo 1º de julho de 2010	173.645	9,08	30 de junho de 2013

Após o vencimento do 3º e 4º ciclos do plano, no mês de julho de 2011 e 2012 foram entregues ao total de executivos da Telefônica Brasil e Controlada que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 186.186 e zero ações, respectivamente. No 4º e 5º ciclos não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

b) Plano *Performance & Investment Plan* (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido:

- serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos três primeiros ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

Ciclos	Quantidade de ações	Valor unitário em Euros	Data da finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	380.663	8,28	30 de junho de 2014
2º ciclo 1º de julho de 2012	672.675	8,28	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	477.010	10,39	30 de junho de 2016

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e Controlada. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012, e, em 31 de dezembro de 2013, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no plano totaliza 1.839.

A Companhia e Controlada registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme segue:

Planos	2013	2012
PSP	653	3.994
PIP	11.789	3.000
GESP	2.285	3.435
Total	**14.727**	**10.429**

35. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo [1]	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev [2]	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefonica Data

(1) BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

(2) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

Modalidade	%
PBS Telesp	11,47
PBS Telesp Celular	10,68
PBS Tele Sudeste Celular	11,73
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e sua Controlada, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e sua Controlada são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e sua Controlada para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Companhia também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2013 e 2012, com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto de 2013 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, ambos projetados para 31 de dezembro de 2013 e com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto e 31 de julho de 2012 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2012, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em Provisões (nota 20).

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: a) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica, b) crescimento salarial, c) taxa de inflação de longo prazo e d) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's e CDB's) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: a) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados, b) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados e c) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

O passivo atuarial consolidado registrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era o seguinte:

Plano	31.12.13	31.12.12 - Reapresentado
CTB	49.158	50.652
PAMA	321.193	341.617
Total	**370.351**	**392.269**

a. Conciliação dos ativos e passivos

					Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.13	
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
PBS-A (i)	1.208.268	2.125.944	(917.676)	917.676	-	-
CTB	49.158	-	49.158	-	-	49.158
PAMA (i)	387.460	66.267	321.193	-	-	321.193
PBS	205.949	281.127	(75.178)	70.458	(4.720)	-
VISÃO	9.634	44.788	(35.154)	28.480	(6.674)	-
PREV	28.247	79.844	(51.597)	45.082	(6.515)	-
TOTAL	**1.888.716**	**2.597.970**	**(709.254)**	**1.061.696**	**(17.909)**	**370.351**

					Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.12	
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
PBS-A (i)	1.376.229	2.136.722	(760.493)	760.493	-	-
CTB	50.652	-	50.652	-	-	50.652
PAMA (i)	437.241	95.624	341.617	-	-	341.617
PBS	229.119	342.323	(113.204)	112.246	(958)	-
VISÃO	34.666	61.189	(26.523)	8.685	(17.838)	-
PREV	53.559	106.150	(52.591)	23.339	(29.252)	-
TOTAL	**2.181.466**	**2.742.008**	**(560.542)**	**904.763**	**(48.048)**	**392.269**

(i) Refere-se à participação proporcional da Companhia e suas controladas nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

	2013			2012		
	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total
CTB	-	4.126	4.126	-	3.164	3.164
PAMA	139	30.811	30.950	165	24.179	24.344
PBS	644	(101)	543	853	(13.164)	(12.311)
VISÃO	4.148	(1.722)	2.426	4.601	(10.307)	(5.706)
PREV	4.270	(2.703)	1.567	3.872	(4.741)	(869)
TOTAL	**9.201**	**30.411**	**39.612**	**9.491**	**(869)**	**8.622**

c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2013			2012		
	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes
CTB	(482)	-	(482)	17.216	-	17.216
PAMA	(51.336)	-	(51.336)	43.940	-	43.940
PBS	47.542	(51.706)	(4.164)	(48.381)	59.051	10.670
VISÃO	(6.847)	19.045	12.198	57.611	(35.690)	21.921
PREV	5.336	19.684	25.020	(20.559)	(3.406)	(23.965)
TOTAL	**(5.787)**	**(12.977)**	**(18.764)**	**49.827**	**19.955**	**69.782**

d. Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.12	Despesas em 2013	Contribuições das patrocinadoras em 2013	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.13	Ativo atuarial reconhecido no balanço	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.13
CTB	50.652	4.126	(5.138)	(482)	49.158	-	49.158
PAMA	341.617	30.950	(38)	(51.336)	321.193	-	321.193
PBS	(958)	543	(141)	(4.164)	(4.720)	(4.720)	-
VISÃO	(17.838)	2.426	(3.460)	12.198	(6.674)	(6.674)	-
PREV	(29.252)	1.567	(3.850)	25.020	(6.515)	(6.515)	-
TOTAL	**344.221**	**39.612**	**(12.627)**	**(18.764)**	**352.442**	**(17.909)**	**370.351**

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 01.01.12	Despesas em 2012	Contribuições das patrocinadoras em 2012	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.12	Ativo atuarial reconhecido no balanço	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.12
CTB	34.615	3.164	(4.343)	17.216	50.652	-	50.652
PAMA	273.373	24.344	(40)	43.940	341.617	-	341.617
PBS	820	(12.311)	(136)	10.669	(958)	(958)	-
VISÃO	(30.432)	(5.706)	(3.621)	21.921	(17.838)	(17.838)	-
PREV	(693)	(869)	(3.725)	(23.965)	(29.252)	(29.252)	-
TOTAL	**277.683**	**8.622**	**(11.865)**	**69.781**	**344.221**	**(48.048)**	**392.269**

e. Movimentação do passivo de benefício definido

	Passivo de benefício definido em 31.12.12	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas demográficas	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.13
PBS-A	1.376.229	-	115.001	(106.210)	-	28.268	32.649	(237.669)	1.208.268
CTB	50.652	-	4.127	(5.138)	-	7.075	1.417	(8.975)	49.158
PAMA	437.241	139	38.759	(15.664)	-	(2.297)	27.808	(98.526)	387.460
PBS	229.119	644	19.520	(14.181)	190	1.706	10.962	(42.011)	205.949
VISÃO	34.666	4.148	2.807	(324)	341	(8.580)	(19.799)	(3.625)	9.634
PREV	53.559	4.270	4.456	(1.707)	171	(7.038)	(17.983)	(7.481)	28.247
TOTAL	**2.181.466**	**9.201**	**184.670**	**(143.224)**	**702**	**19.134**	**35.054**	**(398.287)**	**1.888.716**

	Passivo de benefício definido em 01.01.12	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas demográficas	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.12
PBS-A	**1.214.453**	-	113.362	(101.793)	-	22.791	-	127.416	1.376.229
CTB	**34.615**	-	3.164	(4.343)	-	12.898	-	4.318	50.652
PAMA	**366.660**	165	35.026	(14.821)	-	10.538	-	39.673	437.241
PBS	**242.227**	853	22.780	(13.323)	270	(45.066)	-	21.378	229.119
VISÃO	**33.986**	4.601	3.085	(1.322)	180	(6.738)	-	874	34.666
PREV	**46.251**	3.872	4.260	(1.606)	113	(2.286)	-	2.955	53.559
TOTAL	**1.938.192**	**9.491**	**181.677**	**(137.208)**	**563**	**(7.863)**	**-**	**196.614**	**2.181.466**

f. Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.12	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.13
PBS-A	2.136.722	(106.210)	-	-	180.936	(85.504)	2.125.944
PAMA	95.624	(15.664)	-	38	7.948	(21.679)	66.267
PBS	342.323	(14.181)	190	140	29.538	(76.883)	281.127
VISÃO	61.189	(324)	341	3.462	5.279	(25.159)	44.788
PREV	106.150	(1.707)	171	3.849	9.218	(37.837)	79.844
TOTAL	**2.742.008**	**(138.086)**	**702**	**7.489**	**232.919**	**(247.062)**	**2.597.970**

	Valor justo dos ativos do plano em 01.01.12	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.12
PBS-A	1.882.195	(101.793)	-	-	243.033	113.287	2.136.722
PAMA	93.287	(14.821)	-	39	10.847	6.272	95.624
PBS	294.602	(13.323)	270	136	35.944	24.694	342.323
VISÃO	108.793	(1.322)	180	3.621	13.392	(63.475)	61.189
PREV	73.689	(1.606)	113	3.727	9.001	21.226	106.150
TOTAL	**2.452.566**	**(132.865)**	**563**	**7.523**	**312.217**	**102.004**	**2.742.008**

g. Resultados previstos para o exercício de 2014

	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o valor de passivo / ativo de benefício definido líquido	Total
CTB	-	5.012	5.012
PAMA	89	34.590	34.679
PBS	436	(576)	(140)
VISÃO	1.038	(778)	260
PREV	1.001	(757)	244
Total	**2.564**	**37.491**	**40.055**

h. Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2014

	Contribuições das patrocinadoras	Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	Total
CTB	-	5.245	5.245
PAMA	41	-	41
PBS	1.128	-	1.128
VISÃO	1.107	-	1.107
PREV	1.023	-	1.023
Total	**3.299**	**5.245**	**8.544**

i. Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	2013	2012
PBS-A	12,75 anos	10,45 anos
CTB	11,32 anos	9,27 anos
PAMA	16,01 anos	15,73 anos
PBS	15,01 anos	12,34 anos
VISÃO	8,29 anos	10,01 anos
PREV	13,62 anos	11,65 anos

j. Premissas atuariais

	2013								
Plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	Rotatividade
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subseqüente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PBS-A	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A

Além das premissas acima, para 2013 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%;
- Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido: 10,77%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Crescimento dos custos médicos por idade (*aging* factor): 4%; e
- Método atuarial: PUC

	2012				
Plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subseqüente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A
PBS-A	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A

Além das premissas acima, para 2012 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade de válidos: AT2000 segregada por sexo;
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57
- Crescimento dos custos médicos por idade (*aging* factor): 4%; e
- Método atuarial: PUC

k. Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e demográfica, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev, o qual aprovou as novas premissas em seu Conselho deliberativo.

As premissas que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são:

Premissas Demográficas:

- Tábua de mortalidade de válidos
- Tábua de mortalidade de inválidos
- Tábua de entrada em invalidez
- Índice de rotatividade

Premissas Financeiras:

- Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido

A seguir, demonstramos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função das alterações nas premissas atuariais:

	Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais vigentes	Passivo de benefício definido, com base nas mesmas premissas atuariais do exercício anterior	Variação observada pela alteração das premissas atuariais
PBS-A	1.208.268	1.413.289	(205.021)
CTB	49.158	56.715	(7.557)
PAMA	387.460	458.178	(70.718)
PBS	205.949	236.998	(31.049)
VISÃO	9.634	33.059	(23.425)
PREV	28.247	53.710	(25.463)
Total	**1.888.716**	**2.251.949**	**(363.233)**

l. Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que a premissa atuarial significativa, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderia alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido é a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

Segue análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,77%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 11,27% (aumento de 0,5%)	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,27% (redução de 0,5%)
PBS-A	1.208.268	1.157.255	1.263.512
CTB	49.158	47.323	51.134
PAMA	387.460	365.071	412.143
PBS	205.949	195.860	216.989
VISÃO	9.634	9.433	9.845
PREV	28.247	27.007	29.607
Total	**1.888.716**	**1.801.949**	**1.983.230**

m. Alocação dos ativos dos planos

	PBS-A	PAMA	PBS	VISÃO	PREV
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:					
Investimentos em renda fixa					
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.302.601	53.876	266.580	32.353	55.710
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	126.428	204	-	396	682
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	15.205	164	8.066	1.664	2.865
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	75.815	12.023	-	759	1.307
Debêntures	-	-	-	2.969	5.112
Letras Financeiras	-	-	-	1.877	3.231
Cotas FIDC / Outros	-	-	5.420	1.209	2.081
Investimentos em renda variável					
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	88.886	-	-	367	902
Investimentos no setor de aeroespacial	44.836	-	-	-	-
Investimentos no setor de energia	206.876	-	-	241	592
Investimentos no setor de mineração	7.866	-	-	300	738
Investimentos no setor de petróleo, gás e biocombustíveis	-	-	-	151	371
Investimentos no setor de telefonia	-	-	-	85	209
Investimentos no setor de siderurgia e metalurgia	-	-	-	153	376
Investimentos no setor de água e saneamento	-	-	-	13	32
Investimentos no setor de construção e engenharia	-	-	-	143	352
Investimentos no setor de comércio e distribuição	-	-	-	66	163
Investimentos no setor de transporte	-	-	-	159	390
Investimentos no setor de madeira e papel	-	-	-	76	188
Investimentos no setor de educação	-	-	-	67	166
Investimentos no setor de serviços financeiros / instituições bancárias	-	-	-	797	1.960
Investimentos no setor de imobiliário	-	-	-	52	127
Investimentos no setor de fumo	-	-	-	33	81
Investimentos no setor de holdings	-	-	-	138	340
investimentos em outros setores da economia	-	-	-	127	311
Investimentos em índice de mercado (IBrX-50)	44.857	-	-	-	-
Investimentos estruturados	10.630	-	-	-	-
Investimentos em imóveis	170.076	-	-	-	-
Empréstimos a participantes	31.868	-	1.061	-	-
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:					
Empréstimos a participantes	-	-	-	593	1.558
Total	**2.125.944**	**66.267**	**281.127**	**44.788**	**79.844**

n. Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante
PBS-A	103.336	107.010	110.704	114.411	117.960	4.183.610
CTB	5.245	5.248	5.238	5.220	5.198	139.280
PAMA	16.643	18.337	20.182	22.189	24.344	2.842.005
PBS	14.861	15.545	16.542	17.218	17.885	1.032.487
VISÃO	1.681	1.693	1.700	1.709	1.713	25.344
PREV	2.818	2.879	2.943	3.072	3.151	156.791

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e Controlada procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013:

	Controladora							
	Valor justo			Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	-	-	-	6.311.299	-	-	6.311.299	6.311.299
Operações com derivativos (nota 36)	893	88.606	-	-	-	89.499	89.499	89.499
Não Circulante								
Participações societárias (nota 12)	-	-	86.349	-	86.349	-	86.349	86.349
Operações com derivativos (nota 36)	-	329.652	-	-	-	329.652	329.652	329.652
Total de ativos financeiros	**893**	**418.258**	**86.349**	**6.311.299**	**86.349**	**419.151**	**6.816.799**	**6.816.799**

	Controladora					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	1.236.784	-	-	1.236.784	1.417.911
Debêntures (nota 18.2)	-	286.929	-	-	286.929	588.116
Operações com derivativos (nota 36)	871	-	43.592	44.463	44.463	44.463
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	3.215.156	-	-	3.215.156	2.923.290
Debêntures (nota 18.2)	-	4.014.686	-	-	4.014.686	3.698.203
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	24.807	24.807	24.807	24.807
Total de passivos financeiros	**871**	**8.753.555**	**68.399**	**69.270**	**8.822.825**	**8.696.790**

	Consolidado							
	Valor justo			Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	-	-	-	6.543.936	-	-	6.543.936	6.543.936
Operações com derivativos (nota 36)	893	88.606	-	-	-	89.499	89.499	89.499
Não Circulante								
Participações societárias (nota 12)	-	-	86.349	-	86.349	-	86.349	86.349
Operações com derivativos (nota 36)	-	329.652	-	-	-	329.652	329.652	329.652
Total de ativos financeiros	**893**	**418.258**	**86.349**	**6.543.936**	**86.349**	**419.151**	**7.049.436**	**7.049.436**

	Consolidado					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	1.236.784	-	-	1.236.784	1.417.911
Debêntures (nota 18.2)	-	286.929	-	-	286.929	588.116
Operações com derivativos (nota 36)	871	-	43.592	44.463	44.463	44.463
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	3.215.156	-	-	3.215.156	2.923.290
Debêntures (nota 18.2)	-	4.014.686	-	-	4.014.686	3.698.203
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	24.807	24.807	24.807	24.807
Total de passivos financeiros	**871**	**8.753.555**	**68.399**	**69.270**	**8.822.825**	**8.696.790**

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora						
	Valor justo		Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	-	-	3.079.282	-	-	3.079.282	3.079.282
Operações com derivativos (nota 36)	39.197	-	-	-	39.197	39.197	39.197
Não Circulante							
Participações societárias (nota 12)	-	142.881	-	142.881	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 36)	21.465	-	-	-	21.465	21.465	21.465
Total de ativos financeiros	**60.662**	**142.881**	**3.079.282**	**142.881**	**60.662**	**3.282.825**	**3.282.825**

	Controladora					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	756.371	-	-	756.371	806.102
Debêntures (nota 18.2)	-	702.215	-	-	702.215	811.919
Operações com derivativos (nota 36)	455	-	8.292	8.747	8.747	8.747
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	582.422	-	-	582.422	541.622
Debêntures (nota 18.2)	-	2.253.690	-	-	2.253.690	2.158.008
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	3.733	3.733	3.733	3.733
Total de passivos financeiros	**455**	**4.294.698**	**12.025**	**12.480**	**4.307.178**	**4.330.131**

	Consolidado - Reapresentado						
	Valor justo		Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	-	-	7.133.485	-	-	7.133.485	7.133.485
Operações com derivativos (nota 36)	41.109	-	-	-	41.109	41.109	41.109
Não Circulante							
Participações societárias (nota 12)	-	142.881	-	142.881	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 36)	286.278	-	-	-	286.278	286.278	286.278
Total de ativos financeiros	**327.387**	**142.881**	**7.133.485**	**142.881**	**327.387**	**7.603.753**	**7.603.753**

	Consolidado - Reapresentado					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	1.270.122	-	-	1.270.122	1.471.265
Debêntures (nota 18.2)	-	702.215	-	-	702.215	811.919
Operações com derivativos (nota 36)	470	-	29.116	29.586	29.586	29.586
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	3.774.461	-	-	3.774.461	3.600.090
Debêntures (nota 18.2)	-	2.253.690	-	-	2.253.690	2.158.008
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	26.545	26.545	26.545	26.545
Total de passivos financeiros	**470**	**8.000.488**	**55.661**	**56.131**	**8.056.619**	**8.097.413**

Em 1º de janeiro de 2012:

	Consolidado						
	Valor justo		Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	-	-	2.889.543	-	-	2.889.543	2.889.543
Operações com derivativos	1.840	-	-	-	1.840	1.840	1.840
Não Circulante							
Participações societárias (nota 12)	-	152.256	-	152.256	-	152.256	152.256
Operações com derivativos (nota 36)	225.935	-	-	-	225.935	225.935	225.935
Total de ativos financeiros	**227.775**	**152.256**	**2.889.543**	**152.256**	**227.775**	**3.269.574**	**3.269.574**

	Consolidado					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	1.000.082	-	-	1.000.082	1.232.480
Debêntures (nota 18.2)	-	468.624	-	-	468.624	521.057
Operações com derivativos (nota 36)	1.327	-	49.835	51.162	51.162	51.162
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	3.968.513	-	-	3.968.513	3.595.860
Debêntures (nota 18.2)	-	787.807	-	-	787.807	722.453
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	78.369	78.369	78.369	78.369
Total de passivos financeiros	**1.327**	**6.225.026**	**128.204**	**129.531**	**6.354.557**	**6.201.381**

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e Controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e Controlada administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e Controlada podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e Controlada incluem na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 18) operações com derivativos, deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 5) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

O índice de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Caixa e equivalentes de caixa	6.543.936	7.133.485
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à divida)	(8.343.761)	(7.669.252)
Endividamento líquido	**1.799.825**	**535.767**
Patrimônio líquido	42.894.442	44.681.120
Índice de endividamento líquido	**4,20%**	**1,20%**

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, 15,9% (19,9% em 31 de dezembro de 2012) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R$1.394.523 e R$1.586.711 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$34.500 mil e €2.490 mil a pagar em 31 de dezembro de 2013 e US$16.130 mil e €4.140 mil a pagar em 31 de dezembro de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R$6.442.015 (R$7.039.181 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 18, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting.*

A Companhia firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

		Consolidado					
						Efeito acumulado	
		Valor de referência		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	Indexador	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Contratos de *swaps*							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira		1.339.265	1.520.371	1.843.347	1.923.089	393.232	305.301
Citibank	US$	181.230	181.230	240.175	216.270	62.099	39.617
Votorantim	US$	2.464	7.744	3.547	9.311	-	-
Banco do Brasil	US$	-	258.900	-	326.263	-	38.576
Bradesco	US$	474.281	415.464	626.463	519.481	50.883	32.931
Itaú	US$	36.656	22.520	37.182	22.239	394	-
JP Morgan	US$	443.207	443.207	645.001	579.331	204.720	142.065
Bradesco	EUR	12.888	2.613	12.913	2.613	-	-
Itaú	EUR	5.506	9.160	5.481	9.159	-	-
Bradesco	LIBOR US$	179.533	179.533	264.615	238.422	75.136	52.112
Itaú	JPY	3.500	-	7.970	-	-	-
Taxa pós		736.169	-	713.292	-	4.438	-
Bradesco	CDI	15.530	-	15.518	-	89	-
Itaú	CDI	20.639	-	20.769	-	-	-
HSBC	TJLP	100.000	-	96.715	-	552	-
Citibank	TJLP	200.000	-	193.430	-	1.233	-
Santander	TJLP	300.000	-	290.145	-	2.012	-
Itaú	TJLP	100.000	-	96.715	-	552	-
Índices de inflação		232.714	72.000	251.282	96.249	21.481	22.086
Itaú	IPCA	72.000	72.000	95.351	96.249	21.159	22.086
Santander	IPCA	160.714	-	155.931	-	322	-
Ponta Passiva							
Taxa pós		(2.083.238)	(1.412.838)	(2.148.818)	(1.509.659)	(66.145)	(55.545)
Citibank	CDI	(381.230)	(181.230)	(377.847)	(180.418)	(7.574)	(3.765)
Votorantim	CDI	(2.464)	(7.744)	(7.335)	(21.336)	(3.788)	(12.025)
Banco do Brasil	CDI	-	(258.900)	-	(287.686)	-	-
HSBC	CDI	(100.000)	-	(98.891)	-	(2.727)	-
Bradesco	CDI	(487.169)	(418.077)	(537.975)	(463.910)	(21.932)	(26.273)
Itaú	CDI	(208.454)	(103.680)	(215.479)	(105.893)	(2.855)	(333)
Santander	CDI	(460.714)	-	(456.982)	-	(13.240)	-
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(454.309)	(450.416)	(14.029)	(13.149)
Moeda estrangeira		(224.911)	(179.533)	(309.221)	(238.422)	(3.125)	(586)
Bradesco	LIBOR US$	(179.533)	(179.533)	(264.615)	(238.422)	(2.687)	(586)
Bradesco	US$	(15.530)	-	(15.429)	-	-	-
Itaú	EUR	(5.709)	-	(5.811)	-	(65)	-
Itaú	US$	(24.139)	-	(23.366)	-	(373)	-
			Ponta ativa			419.151	327.387
			Ponta passiva			(69.270)	(56.131)
			Valores a receber, líquidos			**349.881**	**271.256**

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R$1.456.015) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R$1.394.523).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R$85.775) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 27 de fevereiro de 2014, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R$80.821 em dólar e R$8.043 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R$95.351) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R$95.351).

d) *Swap* TJLP x CDI (R$677.004) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R$699.417).

e) *Swap* IPCA x CDI (R$155.931) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo de mercado R$156.224).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de dezembro de 2013:

Contrato de *swap*	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em
	2014	2015	2016	2017 em diante	31.12.13
Moeda Estrangeira x CDI	26.886	212.029	18.986	89.945	347.846
Votorantim	(3.788)	-	-	-	(3.788)
Bradesco	(14.839)	7.308	18.986	89.945	101.400
JP Morgan	(14.029)	204.721	-	-	190.692
Citibank	59.276	-	-	-	59.276
Itaú	266	-	-	-	266
CDI x Moeda Estrangeira	(152)	-	-	-	(152)
Itaú	(241)	-	-	-	(241)
Bradesco	89	-	-	-	89
FOWARD	(197)	-	-	-	(197)
Itaú	(197)	-	-	-	(197)
TJLP x CDI	(2.703)	(6.172)	(5.247)	1.958	(12.164)
Citibank	(792)	(1.774)	(1.506)	553	(3.519)
HSBC	(566)	(994)	(825)	210	(2.175)
Santander	(779)	(2.410)	(2.091)	985	(4.295)
Itaú	(566)	(994)	(825)	210	(2.175)
IPCA x CDI	21.201	35	(11)	(6.677)	14.548
Itaú	21.159	-	-	-	21.159
Santander	42	35	(11)	(6.677)	(6.611)
Total	**45.035**	**205.892**	**13.728**	**85.226**	**349.881**

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi de R$965 e R$2.188, respectivamente.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as operações com derivativos geraram resultados positivos consolidados de R$104.728 e R$115.196, respectivamente, conforme nota 29.

Em 31 de dezembro de 2013 temos os saldos consolidados de R$419.151 registrado no ativo e R$69.270 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

	Consolidado			
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	888.723	1.117.006	1.347.808
Dívida em US$	Dívidas (Risco varolização US$)	(888.723)	(1.117.006)	(1.347.808)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	12.583	15.807	18.974
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco valorização EUR)	(19.875)	(24.844)	(29.813)
Contas a receber em EUR	Contas a pagar EUR (Risco desvalorização EUR)	11.833	14.791	17.749
	Exposição Líquida	4.541	5.754	6.910
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	73.192	91.219	109.513
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(122.891)	(153.613)	(184.336)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	42.070	52.587	63.105
	Exposição Líquida	(7.629)	(9.807)	(11.718)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	95.351	95.593	96.349
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(95.351)	(95.593)	(96.349)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	559.628	713.146	872.705
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(554.739)	(706.896)	(865.032)
	Exposição Líquida	4.889	6.250	7.673
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	677.004	729.556	782.191
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(677.004)	(729.556)	(782.191)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(642.543)	(641.909)	(641.298)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(85.556)	(85.534)	(85.512)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(458.528)	(465.691)	(472.064)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(689.170)	(690.082)	(690.912)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(74.192)	(74.346)	(74.496)
	Exposição líquida	(1.949.989)	(1.957.562)	(1.964.282)
Exposição líquida total em cada cenário		**(1.948.188)**	**(1.955.365)**	**(1.961.417)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**(7.177)**	**(13.229)**

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US$	2,3426	2,9283	3,5139
EUR	3,2307	4,0384	4,846
IPCA	0,057	0,0713	0,0855
JPY	2,23%	2,79%	3,35%
CDI	9,77%	12,21%	14,66%
UMBND	0,0458	0,0572	0,0686
URTJLP	197,41%	246,76%	296,11%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2013, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

37. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e diversas lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2013, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R$5.847.391 e R$10.302.962, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.742.852	2.416.820
Um ano até cinco anos	2.848.275	4.365.685
Mais de cinco anos	1.256.264	3.520.457
Total	**5.847.391**	**10.302.962**

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos no montante de R$1.043.000, com base nos lucros existentes no balanço do 4º trimestre de 2013, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se acharem inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 10 de março de 2014, inclusive. O pagamento desses dividendos terá início em 27 de março de 2014.